



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LUIS INACIO DA SILVA MEDEIROS

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: expressão racial da Questão
Social ou expressão radical da Questão Racial**

NATAL-RN
NOVEMBRO/2019

LUIS INACIO DA SILVA MEDEIROS

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: expressão racial da Questão Social ou expressão radical da Questão Racial

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do título de bacharel do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Orientadora: Prof.(a). Mestra Lenilze Cristina da Silva Dias.

NATAL-RN
NOVEMBRO/2019

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: expressão racial da Questão Social
ou expressão radical da Questão Racial

Trabalho de conclusão de curso apresentado para
obtenção do título de bacharel do curso de Serviço
Social da Universidade Federal do Rio Grande do
Norte (UFRN).

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms^a. Lenilze Cristina da Silva Dias
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Orientadora

Prof.^a Dr. Roberto Marinho Alves da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Examinador/Membro Interno

Dra. Amanda Kelly Belo da Silva
Assistente Social – CRESS 2656
Examinadora/Membro Externo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Medeiros, Luis Inacio da Silva.

População em situação de rua: expressão racial da questão social ou expressão radical da questão racial / Luis Inacio da Silva Medeiros. - 2019.

79f.: il.

Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social. Natal, RN, 2019.

Orientador: Profa. Me. Lenilze Cristina da Silva Dias.

1. População em situação de rua - Brasil - Monografia. 2. Questão racial - Monografia. 3. Serviço Social - Monografia. I. Dias, Lenilze Cristina da Silva. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/Biblioteca do CCSA

CDU 364.6-058.51(81)

Dedico esse trabalho aos(as) irmão(ãs) e amigos(as) que fiz na rua e agradeço por compartilharem comigo suas vivências e aos que hoje guardo a amizade nas pessoas de Dunga, Cardoso (Jr.) e Verônica, José Vanilson, Beto Franzisko, Marcela (mamusca), Cristina, Fran e Alexandre, Hallison Foguete (H2L), Natal (Edson), Vitinho e baixinho, Victor Hugo, Bruno e Índio.

Dedico também às(aos) professoras(es), orientadoras(es) e assistentes sociais dessa trajetória acadêmica, especialmente minha orientadora Cristina Dias, Luciane de Cássia, Maria da Paz, Elizangela Pankararu, Jussara Almeida, Ilena Barros, Rosangela, Eliana Andrade e Regina Ávila.

E, com carinho, à minha iyá Marizete, minha vovó Isaura e ao meu bàbà Belchior.



27 de maio de 1975 a maio de 2019

Para Iranaldo dos Passos Barros, grão-mestre
Dunga, meu pai da rua, que hoje habita no
Ôrum!

In memoriam (ni iranti)

LISTA DE SIGLAS

- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
- CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
- Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
- CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
- CRDH/UFRN – Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN
- ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- MNPR – Movimento Nacional de População em Situação de Rua
- UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- PSR – População em Situação de Rua
- PNPR – Política Nacional da População em Situação de Rua
- TCC's – Trabalho de Conclusão de Curso
- ONU – Organização das Nações Unidas

RESUMO

O objetivo geral dessa pesquisa consiste em analisar como se evidencia a questão racial sobre o fenômeno população em situação de rua (PSR) a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) do curso de Serviço Social da UFRN entre os anos de 2013 e 2018. Esta pesquisa compreende que a existência da população em situação de rua é resultado de síntese de múltiplas determinações caracterizada por sua composição heterogênea, depreende-se que pode ser dada ênfase a várias dimensões de análise e prioridade a diversos temas dentro do mesmo fenômeno estudado. No entanto, esse trabalho busca analisar como a questão racial, entendida como uma categoria histórico-social que estrutura as relações de exploração/dominação na sociedade capitalista, é analisada dentro dos diferentes aspectos que englobam os trabalhos de conclusão de curso sobre a PSR. Para isso, seus objetivos específicos são analisar como a identificação e/ou caracterização de raça/cor vem sendo desenvolvida nos diversos trabalhos de conclusão de curso sobre a população em situação de rua; analisar as múltiplas formas de inserção da questão racial a partir das opressões e discriminações enfrentadas pela PSR abordadas nos TCC's; e, analisar o arcabouço jurídico-político da profissão que normatizam a inserção da discussão da questão racial na formação profissional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa documental de fonte primária. A coleta de dados se deu por meio dos trabalhos de conclusão de curso, como também por pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados da pesquisa advertem para a necessidade de se ampliar a discussão sobre a PSR considerando as determinações do racismo na reprodução desse fenômeno como compromisso ético- político e qualificação teórica para uma intervenção crítica do/a assistente social junto ao reconhecimento dos direitos desse segmento.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Questão Racial. Serviço Social

LAKOTAN

Ohun gbogbo gbogboogbo ti iwadi yii ni lati ṣe itupalẹ bawo bi ibeere ẹlẹyameya nipa iyalenu olugbe aini ile (PSR) ṣe jẹri lati inu Awọn Iṣẹ Ipari Ẹkọ (TCC's) ti Igbimọ Iṣẹ Awujọ UFRN laarin ọdun 2013 ati ọdun 2018. Iwadi yii loye pe aye ti olugbe aini ile jẹ abajade iṣelọpọ ti awọn ipinnu lọpọlọpọ. Ti ohun kikọ silẹ nipasẹ aṣapọ onidajọ rẹ, o han pe a le funni ni tcnu si awọn titobi pupọ ti onínombà ati pataki si awọn akori jakejado laarin iṣẹle kanna. Bibẹẹkọ, kini iwe yii n wa ni lati ṣe itupalẹ bawo bi ibeere ẹlẹya, ti gboye bii ẹka-ọrọ awujọ-awujọ ti o ṣe agbekalẹ awọn ibatan ti ilokulo / gaba ni awujọ kapitalisimu, ṣe atupale laarin awọn oriṣiriṣi oriṣiriṣi ti o pelu ipari ipari iṣẹ ṣiṣe lori PSR. Si ipari yii, awọn ipinnu rẹ pato ni lati ṣe itupalẹ bawo ni idanimọ ati / tabi iwa ti ije / awọ ti ni idagbasoke ni awọn ijinlẹ oriṣiriṣi ti ko iti gba oye lori olugbe aini ile; itupalẹ ọpọlọpọ awọn fọmu ti ifibọ ti ẹda alawọ lati irejẹ ati iyasoto ti o dojuko nipa PSR ti a koju ninu awọn CBT; ati, lati ṣe itupalẹ ilana ofin-oselu ofin ti iṣẹ ti o ṣe iṣeduro ati asọtẹlẹ ijiroro ti ijiroro nipa ẹda ẹlẹya ni dida iṣẹ. O jẹ iwadi iwe eri ti ipilẹṣe orisun. Gbigba data waye nipasẹ awọn iṣẹ aṣeyọri iṣẹ naa, ati nipasẹ iwe itan ati iwadi bibliographic. Awọn abajade iwadi naa kilọ fun iwulo lati ṣe ijiroro lori ijiroro nipa SRP ti n gbero awọn ipinnu ti ẹlẹyameya ni ẹda ti iṣẹle yii gẹgẹbi ifaramo-iṣelu oselu ati afijẹri imọ-jinlẹ fun kikọlu pataki ti oṣiṣe awujọ pelu idanimọ awọn ẹtọ ti apa yii.

Awọn Koko-ọrọ: Olugbe aini ile. Ibeere ẹlẹya. Awujọ iṣẹ

ABSTRACT

The general objective of this research is to analyze how the racial question about the homeless population phenomenon (PSR) is evidenced from the Course Conclusion Works (TCC's) of the UFRN Social Work course between 2013 and 2018. This research understands that the existence of the homeless population is the result of synthesis of multiple determinations. Characterized by its heterogeneous composition, it appears that emphasis can be given to various dimensions of analysis and priority to various themes within the same phenomenon studied. However, what this paper seeks is to analyze how the racial question, understood as a historical-social category that structures the relations of exploitation / domination in capitalist society, is analyzed within the different aspects that include the course conclusion works on the PSR. To this end, its specific objectives are to analyze how the identification and / or characterization of race / color has been developed in the various undergraduate studies on the homeless population; analyze the multiple forms of insertion of the racial issue from the oppression and discrimination faced by the PSR addressed in the CBTs; and, to analyze the legal-political framework of the profession that guarantee and predict the discussion of the racial issue in the professional formation. It is a qualitative documentary research of primary source. Data collection took place through the course completion works, as well as through documentary and bibliographic research. The research results warn of the need to broaden the discussion about the SRP considering the determinations of racism in the reproduction of this phenomenon as ethical-political commitment and theoretical qualification for a critical intervention of the social worker with the recognition of the rights of this segment.

Keywords: Homeless Population. Racial question. Social service.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: expressão racial da questão social ou expressão radical da questão racial?.....	19
2.1 RESGATE SÓCIO-HISTÓRICO DA GÊNESE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: ESCRAVIDÃO E CAPITALISMO.....	20
2.2 “ESTIGMA, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO”: As marcas que revelam o racismo contra a População em Situação de Rua a partir dos TCC’s de Serviço Social.....	30
3. SERVIÇO SOCIAL, POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E QUESTÃO RACIAL: a inserção da questão racial na formação profissional em Serviço Social.....	48
3.1 HISTÓRICO DO DEBATE NO SERVIÇO SOCIAL: percursos da influência eugênica e da democracia racial ao debate crítico contemporâneo.....	49
3.2 A CENTRALIDADE (OU MARGINALIDADE) DA QUESTÃO RACIAL NAS ANÁLISES SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: a partir dos trabalhos de conclusão de curso do Serviço Social da UFRN.....	60
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
5. REFERÊNCIAS	

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva analisar os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) que abordaram a realidade do fenômeno população em situação de rua (PSR), com vistas a apreender como se evidencia a questão racial nesses trabalhos apresentados no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) entre 2013 e 2018. Para isso, como recurso metodológico foi realizado um estudo de natureza qualitativa por meio de análise de conteúdo com coleta de dados através de revisão bibliográfica e de documentos.

O presente trabalho de conclusão de curso está organizada em três capítulos. Nesta introdução, capítulo 1, aponta-se o objetivo geral e específicos da pesquisa o percurso desenvolvido para respondê-los, as considerações metodológicas definindo as técnicas de pesquisa escolhidas e as definições iniciais acerca das categorias utilizadas, além da justificativa e motivação do trabalho. No capítulo 2, a partir da investigação de aspectos sócio-históricos da formação social brasileira qual seja a escravidão e o racismo, situa na transição para o trabalho assalariado, a gênese da população em situação de rua na particularidade brasileira. Além de analisar como as marcas do estigma e do preconceito revelam o racismo sobre essa situação. Por fim, no capítulo 3 esboça-se as características dos momentos históricos como se deu da inserção da questão racial no Serviço Social e a analisa a centralidade ou marginalidade dessa questão nos TCC's pesquisados sobre a população em situação de rua.

Para isso tem-se como objetivos específicos dessa pesquisa: analisar como a identificação e/ou caracterização de raça/cor vem sendo desenvolvida nos diversos trabalhos de conclusão de curso sobre a população em situação de rua; analisar as múltiplas formas de inserção da questão racial a partir das opressões e discriminações enfrentadas pela PSR abordadas nos TCC's; e, analisar o arcabouço jurídico-político da profissão que normatizam a inserção da discussão da questão racial na formação profissional.

Desta feita para alcançar a resolução desses objetivos essa investigação parte para responder às questões que se seguem:

- a) Como se processa a análise sobre a questão racial nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) que pesquisam o fenômeno população em situação de rua?
- b) Como o quesito raça/cor vem sendo analisado pelos trabalhos na identificação e/ou caracterização da população em situação de rua?
- c) Como a análise sobre as implicações do preconceito e da discriminação sobre a população em situação de rua podem revelar o racismo enfrentado por esse segmento?
- d) Qual a centralidade (ou marginalidade) da questão racial para a compreensão do fenômeno população em situação de rua?

Para responder à essas questões importa demarcar as principais categorias analíticas utilizadas no processo de pesquisa. Sobre a população em situação de rua nos apoiaremos no estudo de Maria Lucia Lopes da Silva (2009) para definir e caracterizar o fenômeno enquanto expressão da questão social fruto da contradição capital x trabalho que originou a classe trabalhadora e a parcela pauperizada dela. Para definir questão social nos deteremos na clássica concepção de Lamamato (1997; 2008; 2014). E para explicarmos o sentido da colonização com as contribuições teóricas de Marx (2013) e Prado Jr. (1981) e o significado do racismo através das análises de Silvio Almeida (2018) e Clóvis Moura (1994) ambos elementares para se entender a constituição do capitalismo brasileiro que temos hoje. E analisado a utilização desses conceitos nos TCC's para isso, recorre-se às contribuições de Camila Manduca Ferreira (2010) e de Renata Gonçalves (2018).

A relevância dessa pesquisa para o autor cuja motivação está em contribuir na análise e formulação sobre o fenômeno população em situação de rua e o enfrentamento ao racismo, uma análise teórica sobre a importância de se ampliar o olhar sobre a determinação do racismo, inclusive, para a formulação de políticas sociais, para a articulação do movimento com outros sujeitos políticos como os movimentos negros como também na atuação profissional das/os assistentes sociais que trabalham com essas demandas.

Portanto, escrever sobre a questão racial também se refere à condição do autor enquanto jovem estudante negro, às portas da obtenção de seu grau de bacharelado e que à exemplo de sua militância junto ao movimento pretende dar continuidade no exercício profissional em defesa dos direitos desse segmento tão

pauperizado e relegado pelas políticas públicas.

Para analisar de maneira qualitativa o conteúdo dos trabalhos de conclusão do curso no período estudado disponibilizadas no portal de monografias digitais da UFRN o recurso metodológico escolhido foi a análise de conteúdo¹ que

“Consiste **em relacionar a frequência da citação de alguns temas, palavras ou ideias em um texto** para medir o peso relativo atribuído a um determinado assunto pelo seu autor. É um tipo de análise da comunicação que pretende garantir a imparcialidade objetiva, socorrendo-se da quantificação das unidades do texto claramente definidas, para gerar resultados quantificáveis ou **estabelecer a frequência estatística das unidades de significado.**” (CHIZZOTTI, 2014, grifos meus)

A utilização dessa técnica vai possibilitar ao pesquisador apreender como a identificação e/ou caracterização de raça/cor (questão racial) vem sendo desenvolvida nas diversas produções de trabalho de conclusão de curso sobre a população em situação de rua objetivo principal do estudo em questão pois

“A análise de conteúdo construiu um conjunto de procedimentos e técnicas de extrair o sentido de um texto por meio das unidades elementares que compõem produtos documentários: **palavras-chave, léxicos, termos específicos, categorias, temas e semantemas, procurando identificar a frequência ou constância dessas unidades para fazer inferências e extrair os significados inscritos no texto** a partir de indicadores objetivos.” (CHIZZOTTI, 2014, grifos meus)

Portanto, será através da busca por palavras-chave, termos específicos, conceitos e categorias nos trabalhos de conclusão de curso elencados que a presente pesquisa irá fazer as inferências e as generalizações possibilitadas pela investigação na busca pela resolução do problema central e na formulação de hipóteses.

Importante ressaltar que apesar desse recurso metodológico possibilitar a contabilização e a enumeração de palavras e termos identificando as repetições e a frequência de uso de uma expressão, possuindo assim uma dimensão quantitativa, há de se compreender que

¹ “A análise de conteúdo parte do pressuposto de que o léxico, um vocábulo (...) constitui uma síntese condensada da realidade e a frequência de seu uso pode revelar a concepção de seu emissor, os seus valores, opções, preferências. Pode-se, pois, fazer um recenseamento ou contabilização das palavras, fisicamente presentes e numericamente contáveis, **extraíndo o sentido manifesto da mensagem na constância dos termos reveladores, na eleição de léxicos significativos e nas associações aproximativas de palavras.**” (CHIZZOTTI, 2014, grifos meus)

“[...] o fracionamento e a quantificação não impendem analisar, com proveito, qualquer tipo de comunicação, nem inviabilizam uma **análise qualitativa de um texto**. Nessas análises qualitativas, [...] **São analisadas as palavras, as frases e temas que dão significação ao conjunto**, para relacioná-las com [...] as intenções, as pressões, a conjuntura, a ideologia que condicionaram a produção da mensagem, em um esforço para articular o rigor objetivo, quantitativo, com a riqueza compreensiva, qualitativa.” (CHIZZOTTI, 2014, grifos meus)

Diante disso, a fonte de dados primários são os trabalhos de conclusão de curso (TCC's) do Serviço Social da UFRN coletados na Biblioteca Digital² de Monografias da mesma universidade e no acervo de arquivos de monografias situado no setor de documentação do próprio departamento.

Como consta no portal de monografias da UFRN, somente no curso de Serviço Social há um total 505 monografias registradas no portal desde 2012 (ano que se iniciou o processo de digitalização das monografias do curso) até julho de 2019 (monografias apresentadas no final do primeiro semestre).

Desse universo, para chegar ao total de monografias que tratam sobre o fenômeno população em situação de rua com o recorte temporal de 2013 a 2018 utilizou-se do recurso da busca direcionada disponível no próprio site. Pesquisando ano a ano separadamente por título e por assunto monografias que fizeram referência às palavras e expressões: “situação de rua”, “centropop”, “moradores de rua”, “mulheres em situação de rua”, “movimento da população em situação de rua”.

Após essa busca identificamos ao todo dez (10) trabalhos de conclusão de curso que abordaram a questão do fenômeno população em situação de rua entre 2013 e 2018. A pesquisa foi realizada em cem por cento (100%) do total de trabalhos selecionados.

No que se refere ao universo temático desses trabalhos de conclusão de curso (TCC's) verifica-se que **uma (1)** se deteve à organização do **movimento social** (AQUALTUNE, 2014); **uma (1)** sobre a **política de drogas** (DANDARA, 2015); **Duas (2)** sobre o **trabalho profissional** na saúde e na assistência social (ANASTÁCIA, 2015; BENGUELA, 2016); **Três (3)** fizeram uma interface entre a questão de **gênero** com a violência e a saúde materna (ZEFERINA, 2016; MARIA FIRMINA, 2017; LUZIARA, 2018); e **Três (3)** sobre a relação com o **Estado** (ACOTIRENE, 2013; MARIA FELIPA, 2014; PADILHA, 2018).

² Disponíveis no endereço eletrônico: <https://monografias.ufrn.br/jspui/>

A intenção dessa pesquisa consiste em problematizar o conteúdo e não expor os limites teórico-metodológico dos autores em formação acadêmica que existem por razões múltiplas. Por isso a opção por construir pseudônimos baseados em princesas africanas e mulheres guerreiras para cada uma das referências selecionadas, conforme o processo ético-político deste trabalho de conclusão de curso.

Para analisar esses trabalhos de conclusão de curso definidos pela pesquisa, realizou-se uma leitura preliminar dos elementos: título, resumo, palavras-chave, sumário, introdução, considerações finais e referências para se ter uma visão geral do texto – seu objeto, objetivos e principais hipóteses, argumentos e conclusões.

Desta feita, utilizando-se do método de análise de conteúdo elegemos vinte e quatro (24) palavras-chave organizadas em quatro (4) categorias, ficando assim classificadas: Categoria A) População em Situação de Rua: “preconceito”, “discriminação”, “estigma” e “estigmatização”; Categoria B) Questão Social: “exploração” e “opressão”; Categoria C) Questão Racial: “cor”, “pele”, “negra(o)”, “preta(o)”, “parda(o)” “raça”, “racial”, “racismo”, “etnia” e “étnico”; Categoria D) Formação Social Brasileira: “escavidão”, “escravismo”, “escravatura”, “escravista”, “colonização”, “colônia”, “colonialismo”, “colonial”.

Tendo por “categoria” nesse trabalho compreendida como um conceito portador de um certo grau de generalidade utilizada para associar as palavras-chave próximas em significados

“As palavras estão reunidas em torno de categorias, ou seja, de um conceito ou atributo, com um grau de generalidade, que confere **unidade a um agrupamento de palavras ou a um campo do conhecimento**, em função da qual o conteúdo é classificado, quantificado, ordenado ou qualificado.” (CHIZZOTTI, 2014, grifos meus)

A partir da compreensão de que a existência da população em situação de rua (PSR) é resultado de uma síntese de múltiplas determinações³ (SILVA, 2009),

³ [...] as condições histórico-estruturais que deram origem e reproduzem continuamente o fenômeno população em situação de rua nas sociedades capitalistas são as mesmas que originaram o capital e asseguram sua acumulação, resguardadas as especificidades históricas, econômicas e sociais de cada país. Ressalta-se, porém, que no âmbito da superpopulação relativa, a população em situação de rua abriga-se, sobretudo, no pauperismo (lumpen-proletariado) ou no máximo, na população estagnada que se encontra ocupada, principalmente em ocupações precárias e irregulares. Assim, mesmo sendo uma síntese de múltiplas determinações, as causas estruturais do fenômeno população em situação de rua vinculam-se à formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva no processo de acumulação do capital (SILVA, 2009, p. 20)

cuja composição é heterogênea, depreende-se que pode ser dada ênfase a várias dimensões de análise e prioridade a diversos temas dentro do mesmo fenômeno estudado.

Apesar dos diferentes enfoques temáticos, parte-se do pressuposto neste trabalho de que a análise da questão racial é transversal – porque estrutural – aos demais temas relacionados à população em situação de rua, haja vista, tratar-se de uma expressão marcadamente racial da questão social na particularidade brasileira.

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo *racismo é regra e não exceção*. O racismo é parte de um processo social que “ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o *racismo individual e institucionalmente*, torna-se imperativo refletir sobre *mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas* (sic). (ALMEIDA, 2018, p. 38)

Assim, o que esse trabalho busca é analisar como a questão racial, entendida como uma categoria histórico-social que estrutura as relações de exploração/dominação na sociedade capitalista, é analisada dentro dos diferentes aspectos que englobam os trabalhos de conclusão de curso sobre a PSR.

Precisamente tem-se como expectativa localizar essa problematização, além dos tópicos que traçam o perfil dessa população, mas nos capítulos que tratam sobre a formação social brasileira – que é fortemente marcada pela questão racial, com o racismo colonial.

Parte-se da hipótese de que o racismo é estruturante de todas as relações sociais expressão também da desigualdade social no Brasil. E a justificativa a essa hipótese passa pela gênese do fenômeno população em situação de rua (denominado na historiografia como vadios e capoeiras, malandros, mendigos, meninos e meninas de rua, pedintes ou esmoler) que, no Brasil, é marcado pelo escravismo e pelo processo de transição da sociedade escravocrata para a sociedade de classes.

A *questão social* no Brasil é fruto desse processo de transição para o trabalho livre (ALMEIDA, N. L. T. de, 2016). No entanto, o *defeito de cor* da população ex-escravizada imputou enormes obstáculos para que esta se constituísse como parte, de fato, da classe trabalhadora, dificultando, inclusive sua constituição como exército industrial de reserva. Comprimidos nos porões da sociedade, os(as) negros(as) ou estavam destinados a morrer, com vidas

nuas, supérfluas e, portanto, facilmente descartáveis ou se constituíam como um viveiro de mão-de-obra barata, como *reserva da reserva* (GORENDER, 1990). Em tais condições, tornaram-se alvo prioritário das *caridades* (e de certa dose de eugenia) do Estado, especialmente no que compete à Assistência Social.” (GONÇALVES, 2018, p. 518)

O forte caráter racializado que conforma o aparecimento das profissões mais subalternas e precarizadas no Brasil é uma expressão disso (as babás, as diaristas, sapateiro, engraxate, entre outras).

Destaca-se a ênfase sobre “Formação profissional e desigualdades étnico-raciais: avanços e desafios para o projeto ético-político do serviço social”, do *Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração-Opressão de Gênero, Raça-Etnia, Geração e Sexualidades* da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) a qual este trabalho de conclusão de curso visa contribuir com a discussão torna-se imprescindível conhecer o tema bem como de que modo a profissão vem abordando a questão racial, a partir da sua produção teórica, particularmente em torno do fenômeno população em situação de rua.

Portanto, considerando a centralidade estrutural do racismo na conformação da “questão social” no Brasil que tem na população em situação de rua sua expressão mais radical fundada sob o capitalismo e escravidão busca-se a apreensão, no âmbito da formação profissional em Serviço Social, de questões que objetivam contribuir para a ampliação e o fortalecimento do debate sobre a questão racial em torno da população em situação de rua na formação profissional.

Uma das principais características que marca esse fenômeno população em situação de rua demonstrada na maioria dos estudos e pesquisas sobre o tema é a sua composição heterogênea. Motivada, principalmente, em função das diferentes origens, interesses, vinculações sociais e perfis socioeconômicos diversificados, como destaca Borin (apud SILVA, 2009)

Os moradores de rua não constituem uma “população homogênea”. A multiplicidade de características pessoais, que esse segmento social apresenta, dificulta a utilização de uma definição unidimensional. A variedade de soluções dadas à subsistência e formas de abrigo, o tempo de permanência na rua, a trajetória anterior à situação de rua, a herança cultural e social [...], o tempo e as formas de rompimento dos vínculos familiares, os tipos de socialização que se consolidaram na rua, a rotina especial, o uso de substâncias químicas (álcool e/ou drogas) e o seu grau de comprometimento, as condições de autoestima, o sexo, a idade, a escolaridade e as formas de reintegração que almejam, são fatores que dificultam uma conceituação que não seja reducionista ou mesmo unifocal e nos conduz à ideia de uma

tipologia dentro dos moradores de rua na cidade (BORIN, 2003: 44 apud SILVA, 2009: 124)

Entretanto, existem condições ou características comuns que permitem identifica-las como um grupo populacional diferenciado conforme destaca Silva (2009) nessa perspectiva existem três condições que precisam ser consideradas e articuladas entre si, são elas: a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e “a inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente” (SILVA, 2009).

A partir da contribuição de Silva (2009), a pobreza é por esse trabalho compreendida como

resultante da não distribuição equânime da riqueza socialmente produzida, mas também da condição de classe desprovida dos meios de produção. Assim, considera-se pobreza extrema a condição que se define pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso às riquezas produzidas socialmente, seja pela ausência de trabalho e renda regulares, seja pelo não acesso às políticas públicas. (SILVA, 2009: 129)

Além destas condições apontadas pela autora acima referida, este trabalho analisa os critérios de raça/cor como mais um elemento comum na composição dessa população.

Tratar a questão racial, portanto, implica em desvelar como que o racismo estrutural operacionaliza a origem e manutenção desse fenômeno no Brasil do passado e do presente. Por se tratar de um segmento pauperizado da classe trabalhadora predominantemente masculina (82%) e negra (67%), segundo Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2008)⁴.

A pesquisa utiliza a expressão “questão racial” para se referir a uma ampla gama de conceitos que partem da categoria sociológica de raça⁵ para explicação das determinações econômicas sobre as relações sociais de dominação/exploração entre

⁴ Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf> Acessado em 20 de Outubro 2019.

⁵ O conceito de “raça” é aqui utilizado no sentido sociológico do termo, no âmbito das Ciências Sociais e Humanas e não no sentido que lhe é atribuído pelas Ciências Naturais Guimarães (1999) defende o uso do conceito de raça pelas Ciências Sociais. Isto porque acredita ser possível “[...] construir um conceito de “raça” propriamente sociológico, que prescindia de qualquer fundamentação natural, objetiva ou biológica” (GUIMARÃES, 1999, p. 22).

nações, sociedades e indivíduos e as consequências políticas para os negros ao longo da história do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Portanto, irei me referir aos negros e negras, pretos e pretas quando se direcionar aos sujeitos da pesquisa. E não afrodescendentes, afro-brasileiros/as. Privilegiará a expressão “questão racial” subentende-se a indissociabilidade entre classe/gênero/raça/sexualidade mas isso não será possível um aprofundamento maior em como essas categorias se imbricam e se consubstanciam ficando esse exercício para as próximas apreensões teóricas, haja vista que esse projeto consiste em uma aproximação e não em esgotamento do tema.

O Brasil não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua. Esta ausência prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para este contingente e reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais.

Números mais recentes são de 2015 com o estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), denominado “Texto para Discussão Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil” aponta que, em 2015, o país tinha 101.854 pessoas em situação de rua, estimativa alcançada a partir dos dados disponibilizados por 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas).

Com o aumento do desemprego, que atinge 13,7 milhões de brasileiros segundo dados divulgados dia 30 de março de 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), e com a crise estrutural do capital acentuada, é possível que o número de pessoas em situação de rua no país seja bem maior.

Tal fenômeno é uma expressão radical da questão social contemporânea (SILVA, 2006, p. 83). Que leva nas suas particularidades as múltiplas determinações que o originam, sendo caracterizada como

um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporária ou como moradia provisória (BRASIL, 2009a, p.8).

Sendo essa mesma questão social⁶ o objeto sobre o qual incide o processo de trabalho do assistente social cuja práxis é munida de instrumentalidade tomamos como ponto de análise uma concepção de profissão contextualizada na trama das relações sociais capitalistas anunciada por Iamamoto (2014) segundo a qual “Desde a década de 1980, vimos afirmando ser o Serviço Social uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais.” (IAMAMOTO, 2014, p. 610)

Deve-se compreender que o objeto sobre o qual atua os(as) assistentes sociais nas palavras de Iamamoto (2008)

A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, **mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais**, envolve simultaneamente uma luta aberta e surda pela cidadania (IAMAMOTO, 2008, p. 160, negritos meus)

E, particularmente, trata-se de um imperativo ético-político da nossa categoria profissional, refletir de maneira crítica sobre a determinação da questão racial como dimensão estrutural da sociabilidade capitalista e estruturante da “questão social” no Brasil, fundamental para a compreensão de que o racismo “fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.” (ALMEIDA, 2018)

Assim esta pesquisa tem como finalidade do ponto de vista dos impactos sociais e da produção do conhecimento científico contribuir no processo de desestigmatização da população em situação de rua e desnaturalização da sua condição de raça/cor entre homens e mulheres negras em situação de rua.

Sendo, portanto, relevante principalmente do ponto de vista do trabalho profissional junto à indivíduos e famílias em situação de rua pelo qual os assistentes sociais em formação podem e (muito provavelmente) deverão se encontrar em algum

⁶ “Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social”. (IAMAMOTO, 1997, p. 14)

momento da sua trajetória profissional com esse público seja nos espaços institucionais (como Centro POP, CREAS, Consultório na Rua, programas de habitação e, educação, entre outras áreas) seja na atuação nos movimentos sociais e/ou demais organizações da sociedade civil.

No que se refere ao acesso às políticas sociais públicas pela população negra o que os números revelam é que o Estado é regido pela lógica da necropolítica, que assassina os corpos negros desde o nascimento seja pela omissão intencional seja pela violência direta que acomete inclusive as mulheres negras em trabalho de parto pois dados e estatísticas oficiais sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) revelam

que as mulheres negras com idade entre 10 a 49 anos são bastante afetadas por mortes maternas provocadas por causas evitáveis como hipertensão, hemorragia e infecção puerperal. As mortes na primeira semana de vida também são mais frequentes entre crianças negras quando comparadas às brancas. (Quase 80% da população brasileira que depende do SUS se autodeclara negra. Nações Unidas Brasil. São Paulo, 05 de dez. de 2017. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/quase-80-da-populacao-brasileira-que-depende-do-sus-se-autodeclara-negra/>>. Acesso em: 20 de mai. de 2018.)

Ainda no contexto de mortalidade “a estatística registra que a segunda causa de morte mais frequente entre a população negra é o homicídio, enquanto para brancos, esta aparece como a quinta causa de mortalidade mais comum.” (ONU BRASIL, 2017). Ou seja, as pessoas negras têm que viver sob constante ameaça à sua própria existência que a qualquer momento pode ser retirada sem qualquer dificuldade. Portanto, a morte e a violência letal é que conforma a “questão social” engendrada atualmente por uma política necrotérica e da esterilização dos corpos e das possibilidades de ascensão e mobilidade dos negros.

Demarcar os conceitos que serão utilizados pelo trabalho de conclusão de curso que segue acerca da concepção de *raça* e de *racismo estrutural* defendida por essa pesquisa. Parte-se de *raça* como uma construção social e não como um dado biológico.

E faço essa opção teórica pelo conceito de *raça* pelo modo como o racismo se operacionaliza no Brasil. Portanto, pretende-se nesse estudo dar ênfase sobre a questão racial e sobre o racismo em detrimento de conceitos como *questão étnico-racial*, *questão do negro*, *interseccionalidade raça/gênero*, *afro-brasileiro* comumente utilizados(as) pelas autoras estudadas e utilizadas pela formação profissional não os invalidando visto que esses conceitos podem estar presentes na escrita haja vista sua

pertinência e presença nos debates em torno da questão racial.

Portanto, a partir das autoras pesquisadas para o desenvolvimento deste trabalho, entre elas Marcia Campos Eurico, concordo quando ela traz uma definição de Ianni (apud EURICO, 2013, p.295) que

As raças são categorias históricas, transitórias, que se constituem socialmente a partir das relações sociais: na fazenda, engenho, estância, seringal, fábrica, escritório, escola, família, igreja, quartel, estradas, ruas, avenidas, praças, campos e construções. Entram em linha de conta caracteres fenotípicos. Mas os traços raciais visíveis, fenotípicos, são trabalhados, construídos ou transformados na trama de relações sociais. (IANNI, 1992, p. 120)

E que *racismo estrutural* é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2018, p. 25)

Demarcado os conceitos, a relevância desta contribuição se faz necessário porque o debate sobre a apreensão da questão étnico-racial no Serviço Social vem crescendo aos poucos e “Não é possível continuarmos a desconsiderar a categoria ‘raça’ como instrumento de análise para a construção do sistema de iniquidade social, econômica e cultural que a maioria da população brasileira vivencia.” (EURICO, 2013)

Esse esforço investigativo também se justifica devido a necessidade de pautar e de cumprir nos cursos de Serviço Social, as determinações da Lei Federal 10.639/2003 no que se refere à obrigatoriedade do ensino da História da África e do Negro, nos currículos do ensino fundamental, médio e superior. No caso deste último segmento de ensino, a obrigatoriedade é referendada pela Resolução 01/2004 do Ministério da Educação. Do mesmo modo, a Lei 11.645/2008, que se refere à obrigatoriedade do ensino da História da população Indígena no Brasil (ALMEIDA e SILVA, 2012, p. 02).

Como também previsto na Política Nacional da População em Situação de Rua (PNPR, 2009) a [...] A visão microssocial do fenômeno de acordo com as especificidades regionais e locais também é muito importante para a implementação dessa política nos municípios, conforme o art. 7º do Decreto nº 7.053/2009, possui os seguintes objetivos: VI - Incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas

diversas áreas do conhecimento; [...] (BRASIL. Decreto 7.053/2009).

E concorda-se com Márcia Campos Eurico quando ela afirma que “Apreender as assimetrias de raça-cor e o modo como o racismo opera é condição primordial para a efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.” É reconhecido que o Código de Ética Profissional do Assistente Social estabelece que os direitos e deveres do assistente social deve ser guiado *segundo princípios e valores humanistas* dentre os quais destaco a “defesa intransigente dos direitos humanos”; “o posicionamento a favor da equidade e da justiça social”; e o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos” pela *construção de uma nova ordem societária* livre da opressão e da exploração de qualquer natureza (gênero, raça e classe).

Portanto, procura-se realizar um resgate histórico na contramão de uma concepção eurocêntrica positivista de “questão social”, para estes situadas com a industrialização a partir da inserção dos trabalhadores nas fábricas e indústrias. E que formação da classe operária a partir da imigração de espanhóis, alemães e ingleses para o Brasil na República Velha final período compreendido entre 1890 e 1930. Na verdade, a classe operária brasileira foi primeiro a mão de obra escrava africana.

O racismo estruturou as relações sociais de produção da colonização entre senhor e escravos(as) e, atualmente, estrutura as relações sociais e de trabalho entre patrões e assalariados(as) na transição para a sociedade de classes e na consolidação do mercado neoliberal no contexto monopolista.

Porque analisar a questão racial sobre a situação de rua? A realidade do fenômeno população em situação de rua no Brasil representa a continuidade de um projeto conservador de passado escravocrata que se atualiza sob múltiplas formas na fase neoliberal do capitalismo periférico brasileiro.

Ele se atualiza sob a forma do trabalho infantil, do encarceramento em massa, da exploração e do abuso sexual, do transtorno mental, dos agravos de saúde, da retirada dos filhos e violência doméstica, da violência letal e da ausência de moradia, da evasão escolar e do genocídio.

Discutir o fenômeno população em situação de rua é desvelar o(s) lugar(es) e as continuidades das relações de colonialidade legadas à homens e mulheres africanas, negras e empobrecidas desse país com o comércio de corpos escravizados (proibido em 1850), pós-abolição da escravatura (66 anos após a proclamação da independência) e pelo modelo racista como foi introduzido o trabalho livre (assalariado) no Brasil.

Trata-se de uma população composta majoritariamente por pessoas de pele preta, negros e pardos representam 67% segundo o último censo oficial, consideravelmente maior quando se compara com a proporção do percentual de negros na população brasileira (50,7%, com base em dados do Censo Demográfico de 2010).

Essa realidade não é por acaso, nem fruto de uma coincidência do “destino” ou por que “negros são maioria da população”. Existe uma determinação econômica para esse fato. E dentre as múltiplas determinações causais para esse fenômeno objetiva-se com esse trabalho chamar a atenção para a dimensão do racismo estrutural.

O fenômeno população em situação de rua é resultado desse processo histórico racista, colonizador e escravagista. Aliado a outros componentes como o machismo, patriarcado, lesbotransfobia, violências por ciclo de vida, por condição de deficiência, por pobreza, pela origem, pela ancestralidade, entre outros.

2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: expressão racial da questão social ou expressão radical da questão racial?

Para apreender o problema da população em situação de rua no Brasil é necessário começar pelo resgate de alguns aspectos sócio-históricos relevantes da constituição do modo de produção capitalista na formação social brasileira. Sabendo-se que não haverá condições de se aprofundar teoricamente como esse tema deve ser tratado em virtude de já existir vasta literatura sobre o tema e da natureza do presente trabalho.

O capítulo que se inicia objetiva realizar um breve resgate histórico da origem do fenômeno população em situação de rua no Brasil compreendendo-o enquanto um fenômeno ligado ao processo de escravidão instaurado no país resultado político e econômico do processo de acumulação primitiva do capitalismo comercial europeu então em expansão.

E, no segundo tópico analisar como que esse processo histórico de superexploração forçada do cativo negro por durante séculos engendrou as marcas sofridas pela população em situação de rua de estigma, preconceito e discriminação expressões bastante enfatizadas pelas monografias pesquisadas. Com vistas a apreender como a análise da questão racial se evidencia nos discursos sobre o preconceito, a discriminação e a estigmatização apontados sobre esse fenômeno – marcadamente racial.

Neste tópico será conceituado cada expressão com vistas a depreender o caráter transversal de cada uma dela no que tange à articulação com as outras opressões que constituem a questão social. E analisado a utilização desses conceitos nos TCC's.

2.1 RESGATE SÓCIO-HISTÓRICO DA ORIGEM DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: Escravidão e Capitalismo

A população em situação de rua trata-se de um segmento pauperizado da classe trabalhadora marcado pela miséria e pela pobreza extrema⁷ engendradas pela desigualdade social produzida pela superexploração do trabalho e a apropriação privada da riqueza produzida e pela expropriação dos meios de produção do conjunto dos trabalhadores.

A reprodução da população em situação de rua é mantida graças ao modo de produção capitalista desde que este inaugurou pela primeira vez a separação do trabalhador dos seus meios de produção através dos diversos processos de expropriação⁷.

Expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram recentemente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Isso explica o surgimento, em toda a Europa ocidental, no final do século XV e ao longo do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundo e *paupers*. A legislação os tratava como delinquentes “voluntários” e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes. (MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. Vol. 1. Boitempo Editorial, 2013. p. 980)

Foi nesse momento que a expropriação das terras de uma massa de camponeses na Europa Ocidental proporcionou a migração (expulsão) desse conjunto de trabalhadores do campo que atraídas (forçadas) pela ascensão da manufatura só tinham uma saída ir para os centros urbanos onde muitos não foram absorvidos pela proletarização das relações de produção.

⁷ E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (MARX, 2013, p. 962). No que resulta a acumulação primitiva do capital, isto é, sua gênese histórica? Na medida em que não é transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados, ou seja, mera mudança de forma, ela não significa mais do que a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade fundada no próprio trabalho. A propriedade privada, como antítese da propriedade social, coletiva, só existe onde os meios e as condições externas do trabalho pertencem às pessoas privadas. (p. 1010). Na base do sistema capitalista reside, portanto, a separação radical entre o produtor e seus meios de produção [...] a base de toda essa evolução é a *expropriação* [...] (MARX, Karl. O Capital [recurso eletrônico]: crítica da economia política: Livro I: o processo de reprodução do capital. [tradução de Rubens Enderle]. – São Paulo: Boitempo, 2013.)

A gênese do fenômeno população em situação de rua, como bem analisado por Marx (2013) ao se referir ao pauperismo é determinada pela acumulação primitiva⁸ do capital (entre os séculos XVI e XVIII) processo que marca a formação das primeiras nações capitalistas em sua fase mercantil.

A colonização não foi senão o método desenvolvido por essas nações (nomeadamente, Holanda, Portugal, Espanha, Inglaterra e França) para produzir essa acumulação primitiva ao saquear a riqueza existente nas Américas para concentração de capital nas metrópoles como afirma Marx em

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades *Monopolia*” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital. (MARX, Karl. O Capital [recurso eletrônico]: crítica da economia política: Livro I: o processo de reprodução do capital. [tradução de Rubens Enderle]. – São Paulo: Boitempo, 2013 p. 1001)

Esse, portanto, é o sentido último da colonização que, em linhas gerais, bem definiu Caio Prado Jr (2003) em sua clássica obra *Formação do Brasil Contemporâneo* esse sentido se manifestará na economia colonial através do tripé: a) grande propriedade latifundiária; b) monocultura e c) trabalho escravo. Essa organização é identificada pelo autor nas principais atividades relevantes da economia colonial: a agricultura, a mineração e o extrativismo.⁹

Se a colonização foi o método ou o sistema empregado no Novo Mundo, a escravidão foi a técnica ou modo de produzir essa riqueza nas terras pindorâmicas. Dessa forma, enquanto peça fundamental da economia mercantil, a escravidão colonial não pode deixar de ser analisado como parte integrante e dinamizadora do capitalismo europeu em expansão. Não obstante, um aspecto muito importante que não deve ser explicitado nessa análise é que a escravidão inaugurada pelo capitalismo mercantil possui uma particularidade que a diferencia do modo de produção escravista pré-feudal.

⁸ A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2013, p. 961)

⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

E que diferença é essa? A questão racial. A construção ideológica de que os povos não-europeus eram inferiores, “sem alma”, “bárbaros”, despossuídos de civilização. Pela primeira vez é fundada uma justificação histórica (com a sustentação moral da religião cristã) para a escravização (sob o disfarce da “evangelização”) desses povos para a superexploração forçada do trabalho.

[...] o sistema colonial não criaria apenas a escravidão. Criaria, isto sim, a escravidão africana. [...] o tráfico negreiro, ao transformar a captura em empreendimento altamente lucrativo, tornou-se (*também*) poderoso fator de acumulação primitiva [...] (KOWARICK, 1994, p. 22, parênteses meus)

Diante desse fenômeno que particulariza a escravidão no capitalismo para uma análise materialista do racismo deve-se compreender que

[...] o racismo normaliza a superexploração do trabalho, em especial na chamada ‘periferia’, onde em geral o capitalismo se instalou sob a lógica colonialista. O racismo, certamente, não é estranho à expansão colonial e à violência dos processos de acumulação primitiva de capital que ‘liberam’ os elementos constitutivos da sociedade capitalista. [...] O racismo é construído a partir do imaginário social de inferioridade, seja intelectual ou moral, de uma *raça* (sic) em face de outra *raça* (sendo que a “*raça*” dominadora não aparecerá como “*raça*”, mas como “seres humanos” ou apenas pessoas “normais”). O racismo, portanto, não é um ato isolado de preconceito ou um “mal-entendido”; o racismo é um processo social de *assujeitamento* (sic), em que as práticas, o discurso e a consciência dos racistas e das vítimas do racismo são produzidos e reproduzidos socialmente. (ALMEIDA, Silvio Luiz de. Estado, direito e análise materialista do racismo. p. 757)

O racismo é, antes de tudo, uma relação social. Ele organiza a vida social, política e cultural de uma sociedade. O racismo estrutura as relações de poder, de tal sorte que sua inteligibilidade histórica passa por uma investigação sobre os liames existentes entre a discriminação racial e a reprodução da vida social (ALMEIDA, 2015, p. 747)

Entender como esse amplo processo de escravidão e colonização que engendrou a formação social brasileira por mais de 300 anos definiu as características como foi realizada a transição para o trabalho livre (assalariado) é ponto de partida para compreender a origem da população em situação de rua no Brasil. O colapso do sistema colonial em decorrência das crescentes rebeliões escravas, a ameaça haitiana, o avanço da presença inglesa, holandesa e francesa como ameaça, não significou o fim da sua estrutura agroexportadora, latifundiária e senhorial no Brasil mas

Após três séculos de existência, o sistema colonial não adquiriu dinamismo estável e crescente, bem como, ao impedir ramificações internas capazes de criar circuitos que levassem a formas alternativas de exploração econômica, deixou de originar núcleo duradouros e autônomos de acumulação. A concentração de recursos para a produção de artigos tropicais, apoiada no trabalho escravo, deixaria atrofiadas as atividades que não se operassem em estreita conexão com a dinâmica desse instável e excludente setor exportador. No correr dos séculos, forjou-se, assim, uma sociedade de características estamentais, [...] e que só poderia levar à desclassificação de todos aqueles que não encontrassem lugar na rígida e dicotomizada ordem escravocrata. (KOWARICK, 1994, p. 27)

Esses desclassificados que consistiam na parcela da população livre e libertas do Brasil que no final do século XVIII representava quase metade da população de 3 milhões de habitantes, essas pessoas livres e libertas eram

[...] indivíduos de várias origens sociais, cujo traço comum residia na sua desclassificação em relação às necessidades da grande propriedade agroexportadora. [...] porque a ordem escravocrata, concentrando e monopolizando os recursos econômicos, impediu o surgimento de alternativas que fixassem produtivamente essa crescente massa de desenraizados. (KOWARICK, 1994)

Essa classe “dos [...] desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma” (Prado Jr., 1957, 279-80 apud KOWARICK, 1994, p. 27) compunha o que hoje denomina-se pela nas ciências sociais contemporânea a população em situação de rua.

No Brasil reproduziu-se esse mesmo fenômeno durante a monarquia com o aumento dos escravos forros e libertos circulando na cidade. O Estado monárquico brasileiro imprimiu uma legislação ferrenha¹⁰ para reprimir os vadios e capoeiras – pessoas negras até então escravizadas.

¹⁰ Com o fim da escravidão, as ruas se tornaram cheias de libertos sem ocupação “Esses grupos sociais desprovidos de poder e considerados sem significação eram alvos preferenciais dos aparatos de controle, rotulação e reclusão. A vadiagem era matéria no Código Criminal do Império e continuou a ser na Lei das Contravenções Penais de 1941 (REIS, 2008, p. 37). “Capítulo VII” Das contravenções relativas a polícia de costumes vadiagem – art. 59 – entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena – prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses – Mendicância - Art.60 – Mendigar. Por ociosidade ou cupidez: Pena – prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses. “Parágrafo único – aumenta-se a pena de um sexto a um terço, se a contravenção é praticada: De modo vexatório, ameaçador ou fraudulento; mediante simulação de moléstia ou deformidade; em companhia de alienado ou de menor de 18 (dezoito) anos”. Decreto-lei federal 3.688/41). O trabalho era considerado fator positivo de progresso e condição para o exercício da cidadania. Sendo assim, as pessoas que se entregavam a ociosidade, exerciam a mendicância ou outros ofícios proibidos por lei que ofendiam à moral e aos bons costumes da época. De certa forma,

No Brasil, a origem do fenômeno população em situação de rua vinculado à transição do trabalho escravo para o livre não se refere inicialmente ao surgimento de uma classe trabalhadora sobrando do que pode ser absorvido pela formação de um mercado de trabalho assalariado – que cronologicamente só vem acontecer no Brasil com a industrialização tardia a partir da década de 1930.– como aconteceu na Europa Ocidental.

[...] mendigos, vagabundos, indivíduos que viviam da mão para a boca, sem local fixo de moradia, que, como os anteriores, não encontravam forma de inserção estável na rígida e excludente divisão de trabalho da ordem senhorial-escravocrata. Como os demais, eram indivíduos de vários matizes e origens sociais, que se enquadravam na ampla gama dos desclassificados: majoritários segmentos da população livre e liberta, conhecidos sob a designação de ‘vadios’ (Prado Jr., 1957, p. 279 apud KOWARICK, 1994, p. 28)

E essa fase é que determina a expansão ultra marítimas que escravizaram povos na África e trouxeram para o Brasil. As relações sociais da sociedade brasileira até 1830 se resumia ao binômio senhor/escravo, quando com a proibição do tráfico transatlântico e a pressão externa por políticas de abolição gradual e negociada a partir dessa década surge no país uma massa de pessoas vivendo como ninguém, vadios, malandros.

A forma de organização do Estado brasileiro herdou do período colonial – a mais longa forma de organização política do país. A influenciar tanto no período monárquico e depois na República numa renovação conservadora sempre a manter suas estruturas senhoriais, coronelistas e clientelistas.

Foi assim com o processo da urbanização das cidades, a definição de Políticas de Ações afirmativas para mão de obra europeia (e depois, para os filhos dos fazendeiros entrar na universidade) e com o racismo científico¹¹ justificando a destruição dos negros indesejáveis.

Foram estes processos que marcaram o desenvolvimento econômico do país e que escolheu por relegar à população negra: o trabalho doméstico, as favelas,

essa seleção deixava legitimada a existência de “homens bons” – os que possuíam um ofício o contínuo e honesto e “homens maus” – os que não tinham ocupação digna. (REIS, 2008, p. 38).

¹¹ [...] teorias “raciais” propagadas a partir da metade do século XIX baseavam-se nos postulados do racismo científico (COELHO, 2009; COSTA, 2006; GUIMARÃES, 1999; 2002; HOFBAUER, 2006), qual seja, a ideia de que a humanidade está dividida em raças, e seu corolário, a saber, as diferentes raças conformam uma hierarquia biológica, na qual os brancos ocupam posição superior. (SANTOS; SILVA, 2017)

presídios e a situação de rua. Basta situarmos os dados mais recentes sobre a desigualdade no Brasil.¹²

A Lei de Terras 1850, a política de Imigração de trabalhadores europeus para trabalhar na Lavoura do Café e nas nascentes indústrias. São decisões políticas do Estado brasileiro que determinaram o lugar social da maior parcela da população – os negros alforriados, livres e brancos pobres.

Enquanto “massa sobrando” para os interesses produtivos, pode ser caracterizada como superpopulação relativa, conceito cunhado por Marx e que marca a existência da população em situação de rua que ocupar o lugar do pauperismo

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho.” [...] Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. [...] Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria - aleijados, doentes, viúvas etc. -, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. (MARX, Karl. O Capital [recurso eletrônico]: crítica da economia política: Livro I: o processo de reprodução do capital. [tradução de Rubens Enderle]. – São Paulo: Boitempo, 2013 p. 874)

Portanto, exposto a importância de se compreender a escravidão e o colonialismo na formação social brasileira e, assim para a constituição do fenômeno população em situação de rua. Então, como esses conceitos aparecem nos trabalhos de conclusão de curso do Serviço Social? Antes, porém, compreende-se que há

¹² A PNAD Contínua de 2017 mostra que há forte desigualdade na renda média do trabalho: R\$ 1.570 para negros, R\$ 1.606 para pardos e R\$ 2.814 para brancos. O desemprego também é fator de desigualdade: a PNAD Contínua do 3º trimestre de 2018 registrou um desemprego mais alto entre pardos (13,8%) e pretos (14,6%) do que na média da população (11,9%). A taxa de analfabetismo é mais que o dobro entre pretos e pardos (9,9%) do que entre brancos (4,2%), de acordo com a PNAD Contínua de 2016. Quando se fala no acesso ao ensino superior, a coisa se inverte: de acordo com a PNAD Contínua de 2017, a porcentagem de brancos com 25 anos ou mais que tem ensino superior completo é de 22,9%. É mais que o dobro da porcentagem de pretos e pardos com diploma: 9,3%. Em 2016, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros e a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras; Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros caiu 6,8%. Os dados são do Atlas da Violência 2018, estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

monografias que não realizam uma análise das particularidades da formação social brasileira para explicar a origem desse fenômeno população em situação de rua no Brasil. Entende-se que várias razões justificam essa escolha, um dos motivos pode ser a opção metodológica por fazer um recorte temporal analítico com base em eventos mais recentes da contemporaneidade.

Como exemplo, o trabalho de Acotirene (2013) em que ela analisa a problemática população em situação de rua (PSR) na contemporaneidade a partir das “mudanças societárias de âmbito econômico, político, social e cultural ocorridas desde os anos 1970, advindas principalmente do reordenamento do modo de produção capitalista que afetaram diretamente a classe trabalhadora.” (ACOTIRENE, 2013, p. 10).

Ela optou por um recorte a partir da reestruturação produtiva e os impactos no mundo do trabalho a partir dos anos 1970. Apontando os números do desemprego como e a ausência do Estado¹³ como fator para a configuração da população em situação de rua no Brasil. Ela também aborda a industrialização moderna, reestruturação produtiva, vinculando ao processo de acumulação primitiva e a formação de um exército industrial de reserva que compõe a superpopulação relativa do capital e, conseqüentemente na formação urbana.

Assim como também os trabalhos de Dandara (2015), que faz um recorte a partir do contexto da fase neoliberal do capitalismo sem se deter na gênese da formação social brasileira. Nessa linha segue os trabalhos de Anastácia (2015), Aqualtune (2014), Zeferina (2016), Maria Firmina (2017) e Luziara (2018).

Outros, apesar de não analisar a formação social brasileira diretamente em seu trabalho trazem elementos importantes para se entender a constituição da “pobreza” e à forma como o Estado trata a questão social no Brasil a partir da colonização, como a monografia de Benguela (2016, p. 20) por exemplo.

¹³ No que se refere às respostas do Estado frente às expressões da questão social ao se referir ao contexto de refuncionalização e redimensionamento dessa instância extra-econômica Netto (2009) afirma que “o Estado, desde quando a pressão da burguesia ascendente deu origem ao chamado absolutismo, sempre interveio no processo econômico capitalista. [...] No entanto com o ingresso do capitalismo no estágio imperialista, essa intervenção muda funcional e estruturalmente. Até então, o Estado [...] atuara como ocioso das condições externas da produção capitalista. Ultrapassava a fronteira de garantidor da propriedade privada dos meios de produção burgueses somente em situações precisas – donde um intervencionismo emergencial, episódico, pontual. Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica desde dentro, e de forma contínua e sistemática.” (NETTO, 2009, p. 24-25)

Por outro lado, diante disso, abre-se a hipótese de que escasso desenvolvimento de análises críticas sobre a particularidade da formação social brasileira na configuração das expressões da questão social dificulta ou limita o entendimento que toma a dimensão racial nesse fenômeno. Não obstante, se faz necessário nesse trabalho tecer alguns apontamentos sobre cada elemento destacado e apontar algumas hipóteses e questionamentos.

No que se refere à formação social brasileira mais destacadamente a colonização e a escravidão, verifica-se das monografias que fazem referência às condições sócio-histórica de origem e reprodução desse fenômeno nas sociedades capitalistas (MARIA FELIPA, 2014; BENGUELA, 2016; PADILHA, 2018.) abordaram a questão da escravidão e da colonização mas com particularidade na forma com que cada um relacionou a introdução do trabalho livre com o surgimento da população em situação de rua.

Alguns pontos centrais para a compreensão do fenômeno população em situação de rua no Brasil são abordados por Maria Felipa (2014) e Benguela (2016) em comum que se refere ao tratamento dispensado pelo Estado monárquico brasileiro à pobreza. É de se notar que nesse período histórico o trato da questão social era permeado por concepções higienistas e pelo ideal de branqueamento da nação.

Presente no trabalho de Maria Felipa (2014) ela explicita em seu primeiro capítulo a necessidade de se fazer um resgate sócio-histórica da formação brasileira para se entender a constituição do fenômeno PSR ressaltando o sentido da colonização, segundo a autora

Para que possamos apreender da problemática da pessoa em situação de rua no nosso país, é importante realizar uma breve retomada de alguns aspectos histórico-sociais importantes da constituição do capitalismo na formação social brasileira. Segundo Prado Júnior (2004 *apud* Santos 2012, p. 55), a formação social brasileira tem sua constituição na condição de Colônia de Portugal por circunstância do período conhecido como “expansão marítima”. A autora ressalta que, as atividades econômicas efetivadas por Portugal sobre a Colônia para ajustá-las, tem como característica o fato da colonização ter ocorrido buscando acolher aos interesses comerciais da metrópole, voltados para o mercado externo europeu. (MARIA FELIPA, 2014, p. 20)

A autora desse trabalho de conclusão de curso aborda também a importância que o tráfico transatlântico de escravos teve para o aumento de acumulação de riqueza das metrópoles coloniais europeias em que

De acordo com Santos (2012) a carência de força de trabalho impulsiona Portugal rumo ao revigoramento da **escravidão** na era moderna, passando a explorar a Costa da África e a comercializar os povos ali existentes. Esse foi um dos mais rendosos negócios portugueses num período de três séculos mais ou menos. Dessa forma é importante destacar que a **escravidão** no Brasil, não tem a ver com o modo de produção **escravista**, pois, esse tipo de força de trabalho foi utilizado no contexto de capitalismo de natureza comercial. (MARIA FELIPA, 2014, p. 20-21)

Felipa (2014) traz uma importante discussão que é como o Estado brasileiro tratou a questão social durante o período colonial. Segundo Santos (2010) “a questão social era tratada como problema de segurança pública, estando relacionada com as relações de trabalho, uma vez que o crime remetia à ociosidade.” (MARIA FELIPA, 2014)

Nesse contexto que se constroem os primeiros centros urbanos do país e com eles se ampliam também às contradições advindas da contradição capital/trabalho. No final do século XIX, aumenta cada vez mais a busca da venda da força de trabalho do trabalhador imigrante. Assim, ao longo da formação brasileira, muitas famílias de outros países (particularmente, da Europa) foram enviadas ao país, passando a habitar em áreas insalubres, em péssimas condições de higiene, ao mesmo tempo em que trabalhadores pobres e negros alforriados, destituídos de qualquer trabalho instalavam-se (*sic*) nos centros urbanos, em áreas também inabitáveis. No Brasil, o grande número de pessoas apresentadas como em “situação de rua”, cresce alarmantemente. Em nosso país o ato de mendigar era considerado crime. (MARIA FELIPA, 2014, p. 22)

Benguela (2016) em seu trabalho de conclusão de curso aponta três elementos importantes que devem ser analisados para a compreensão do quanto a questão racial está presente nas decisões políticas que marcaram a formação social brasileira, um deles

Segundo Pereira (2008), no Brasil, a preocupação com a pobreza só começa a ser observada **no período de transição do sistema escravocrata para o capitalista** e quando se dá início ao processo de urbanização, na virada do século XIX para o XX. [...] A autora coloca que **nesse período surge uma terceira classe social**, diferente das que já dividiam o Brasil que eram, de um lado, os capitalistas, banqueiros, políticos, comerciantes e negociantes e do outro, os escravos. A terceira classe vivia na miséria, dependendo dos grandes produtores, “(...) **era formada por escravos alforriados, libertos, mas abandonados pelo Estado, sem acesso a terra ou casa própria**, que não conseguia se fixar em nenhuma atividade laboral [...]. (PEREIRA, 2008, p. 47 apud BANGUELA, 2016, p. 20, negritos meus)

Interessante notar que a monografia de Banguela (2016) apesar de analisar que o fenômeno da pobreza já era presente ainda na transição do sistema escravocrata para o capitalista ela situa o surgimento do fenômeno população em situação de rua a partir dos anos 30 do século XX com a urbanização e o governo Vargas. Diferentemente da monografia de Padilha (2018).

A presente pesquisa concorda com Padilha (2018) quanto a sua problematização que se refere ao surgimento do fenômeno população em situação de rua no Brasil. Ele aponta que alguns autores o colocam na década de 30 (quando o Estado passa a responder às expressões da questão social com políticas sociais) e outros já na transição do trabalho escravo para o livre (quando as respostas do Estado às expressões da questão social baseava-se exclusivamente na violência e repressão) como a concepção do referido autor

Já no Brasil, diversos autores pesquisam e escrevem sobre essa temática, entretanto existe uma divergência do referencial histórico, do período que iniciou esse fenômeno no Brasil. Compreendemos que esse fenômeno, inicia já no período da escravidão no Brasil, com advento de algumas leis administradas aos escravos, como por exemplo, em 1885, quando foi promulgada a Lei dos Sexagenários, estabelecendo que depois de completar 60 anos mediante compensações aos seus proprietários os escravos estariam em liberdade. (PADILHA, 2018, p. 13)

Ele também traz que as respostas do Estado à questão social pós-abolição “Na mesma perspectiva, outros autores como Reis (2008) abordam como o Estado, com o advento do término da escravidão, criminalizou as expressões da questão social, surgidas pós-escravatura:”

A questão social no Brasil é fruto desse processo de transição para o trabalho livre (ALMEIDA, N. L. T. de, 2016). No entanto, o defeito de cor da população ex-escravizada imputou enormes obstáculos para que esta se constituísse como parte, de fato, da classe trabalhadora, dificultando, inclusive sua constituição como exército industrial de reserva. Comprimidos nos porões da sociedade, os(as) negros(as) ou estavam destinados a morrer, com vidas nuas, supérfluas e, portanto, facilmente descartáveis ou se constituíam como um viveiro de mão-de-obra barata, como reserva da reserva (GORENDER, 1990). Em tais condições, tornaram-se alvo prioritário das caridades (e de certa dose de eugenia) do Estado, especialmente no que compete à Assistência Social. (GONÇALVES, 2018, 518, negritos meus)

Essa criminalização acontece principalmente como forma de perseguição aos negros recém libertos como vai destacar (BENGUELA, 2016) ela aponta principalmente o caráter racista que a política de imigração teve e marcadamente por

ações estatais para a urbanização com a expulsão dos moradores de cortiços (moradias precarizadas com concentração majoritária de pessoas negras e pobres)

Além disso, em meados dos anos de 1890, foi autorizada a imigração dos europeus para o Brasil, pois se acreditava que deveria haver **uma limpeza étnica** para atingir o progresso, “trocando **a incapacidade racial dos negros** pela força e virtude dos europeus.” (PEREIRA, 2008, p. 48). Do final do século XIX e início do XX, havia o grande objetivo de atingir o progresso, as ações estatais eram norteadas para atingir a modernidade e para isso, começa a haver uma higienização das cidades, marcada principalmente pelo fechamento dos cortiços e de locais de moradia insalubres. (BANGUELA, 2016, p. 21, negritos meus)

Em seu trabalho Benguela (2016) ainda aponta outro elemento importante ao apontar sobre como se deu a urbanização e o crescimento das cidades que é a racialização que significava o processo de higienização das cidades excluindo as pessoas negras dos centros urbanos. Onde, com as contribuições da dissertação de PEREIRA (2008) ela aponta que a partir de 1920

[...] a população **mestiça** foi dividida entre “os que poderiam ser curados” e os “perdidos”, grupo este composto por doentes mentais, criminosos, prostitutas, prisioneiros, indigentes e mendigos. Para os primeiros existiam tentativas de recuperação através da educação, proibição de más condutas e vícios e estabelecimento de boas redes de relacionamento. Para os segundos restava (*sic*) a punição e a **esterilização** como solução para acabar com a miséria, as perversões e a doença. (PEREIRA, 2008, p. 49-50 apud BANGUELA, 2016, p. 21, negritos meus)

Quanto às políticas públicas para a população em situação de rua um detalhe importante é que até o estabelecimento da república velha as expressões da questão social eram tratadas com repressão e violência

No Brasil, o Estado só começa a intervir na área social a partir dos anos 1930, durante o governo do presidente Getúlio Vargas. Antes disso, nos séculos XVI, XVII e XVIII, marcados pelo trabalho escravo e pela dependência da colônia brasileira a Portugal, não havia preocupação com as necessidades sociais da população, a subsistência dos escravos e trabalhadores livres, que trabalhavam para os grandes proprietários de terra, era de responsabilidade desses donos; os que não se encaixavam nessa situação ficavam à mercê dos religiosos com suas obras caritativas (COUTO, 2008).

Por último, a análise sobre a formação social brasileira apresentada nos respectivos trabalhos de conclusão de curso revelam a presença de três importantes aspectos relevantes para desvendar a questão racial que estrutura as relações sociais

na sociabilidade capitalista brasileira marcada por uma estrutura rígida escravocrata sob a lógica colonizada das elites agrárias submissas à Coroa portuguesa.

Esses três aspectos importantes que contribuíram para a formação de uma massa de “desenraizados”, de uma “terceira classe”, por fim, como é compreendido hoje o fenômeno população em situação de rua foram: as legislações contra a vadiagem, a política imigracionista¹⁴ e a lógica higienista (eugênica) como foi conduzida o processo de urbanização do país.

É a partir da compreensão dessas dimensões encontradas nos textos analisados que se desvendará como que emerge o racismo no Brasil associado à escravidão e às teses pseudocientíficas em vigor na época que proclamava a inferioridade da “raça negra” como evidencia Theodoro (2008)

“Efetivamente, o racismo, que nasce no Brasil associado à escravidão, consolida-se após a abolição, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e difunde-se no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional. As interpretações racistas, largamente adotadas pela sociedade nacional, vigoraram até os anos 30 do século XX e estiveram presentes na base da formulação de políticas públicas que contribuíram efetivamente para o aprofundamento das desigualdades no país.” (THEODORO, 2008, p. 24)

E como essa construção eugênica forma o senso comum generalizado que cria e atribui caracterizações estereotipadas sobre o negro que normalizarão as relações entre brancos e não brancos (indígenas, caboclos, pardos e pretos) no país consequência dos processos de expulsão, isolamento, violência sacramentaram o percurso que classificaria os(as) negros(as) como suspeitos(as) preferenciais ou classes perigosas, antes mesmo de terem a possibilidade de se constituírem como classes laboriosas. (GONÇALVES, 2018, p. 518). Objeto de análise do tópico seguinte.

¹⁴ Não é custoso reforçar que a promoção da imigração era claramente assentada na ideologia do branqueamento. Em 1884, a Lei no 28, aprovada pelo legislativo paulista, garantindo recursos para que o governo estadual financiasse a imigração, afirmava que os beneficiários seriam trabalhadores europeus e suas famílias (AZEVEDO, 1987, p. 167 apud THEODORO, 2008). Ainda em 1890, o governo republicano recém-instituído publica o Decreto no 528, de 20 de junho, onde se institui a livre entrada de migrantes nos portos brasileiros, “excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos, de acordo com as condições estipuladas”. Esse mesmo decreto garante incentivos a todos os fazendeiros que quisessem instalar imigrantes europeus em terras. (THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008)

2.2 “ESTIGMA, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO”: As marcas que revelam o racismo contra a População em Situação de Rua a partir dos TCC’s de Serviço Social

O resgate histórico da origem da população em situação de rua no Brasil empreendida no capítulo anterior revela que esse fenômeno está ligado à longa transição do trabalho escravo para o trabalho livre-assalariado que, devido à sua forma excludente/racista (caracterizadas na Lei de Terras de 1850, a Política de Imigração e na repressão estatal contra a vadiagem) teve como consequência a formação de um grande contingente de trabalhadores(as) negros(as) e pardos(as) livres, recém-libertos, alforriados, que passaram a viver e trabalhar nas ruas.

Esse movimento revelou o quanto o estigma, o preconceito e discriminação são expressões sempre presentes nos trabalhos de conclusão de curso do Serviço Social que tratam sobre o fenômeno população em situação de rua, esse dado evidencia a existência de representações sociais pejorativas, em relação à população em situação de rua, que se materializam nas relações sociais. Vagabundo, preguiçoso, bêbado, sujo, perigoso, coitado, mendigo... São designações comuns dirigidas às pessoas em situação de rua.

Qual, no entanto, os sentidos atribuídos a esses conceitos, será que estão relacionados a processos específicos ou são utilizados em contextos generalizados? Será que a utilização desses conceitos tem contribuído para revelar ou ocultar o racismo sofrido pelas pessoas em situação de rua? Será que a análise das situações de discriminação e preconceito vem sendo articuladas com as opressões de raça, classe e sexo? Pois todas as relações sociais construídas perpassam pelas relações de raça, classe e sexo (incluindo a sexualidade).

Silva (2009) ao identificar seis aspectos que caracterizam o fenômeno população em situação de rua, ela define o preconceito como sendo a “marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno” (SILVA, 2009, p. 119).

No Brasil, isso reflete um traço típico da herança do pensamento escravocrata da elite brasileira, que formulou justificativas baseadas no racismo científico para destituir dos negros sua dignidade humana, há perdurar até hoje.

Em *Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social*, as autoras destacam que o preconceito¹⁵ é uma manifestação particular do juízo provisório. Segundo Agnes Heller (apud Mesquita et al., 2001, p.47), os preconceitos são “juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão”.

Sustentado pela racionalidade formal-abstrata, “os preconceitos têm sua sustentação em bases afetivas e irracionais amparadas na desinformação, na ignorância, no moralismo, no conservadorismo e no conformismo.” (Mesquita et al. 2001).

Tem-se a compreensão de que o preconceito é ideologia que orienta uma ação motivada por uma intenção definida, conforme Santos (2017)

A dimensão societária se agregada à análise criteriosa possibilitaria demonstrar o quanto o preconceito se instituiu nas relações sociais e se reproduz como um instrumento de ação voltado para a dominação e o controle. O preconceito obstaculiza o desenvolvimento da individualidade, ceifa descobertas e encontra modos contínuos de assegurar sua reprodução. Parece ir sempre mais além. Tem força destrutiva que atua no bloqueio da consciência de que o indivíduo é gênero humano. (SANTOS, 2017, p. 15)

Instrumento de ação voltado para dominação e o controle de corpos negros – estes que estão “jogados” nas ruas e pela sociedade burguesa oferecem perigo por não possuírem nenhum valor (dado pela sociedade).

Alguns dos principais sentidos atribuídos ao preconceito pelos autores dos trabalhos de conclusão de curso analisados se reflete como, por exemplo, um “(des)valor burguês” que é, também, reproduzido entre as próprias pessoas em situação de rua, mesmo que ocupando espaços do movimento social, conforme coloca Aqualtune (2014). E que propõe no seu trabalho, como desafio para o

¹⁵ “As questões que provocam preconceito precisam ser problematizadas e desmistificadas, por que o preconceito, enquanto algo que dizima o humano, destitui os indivíduos sociais de sua autonomia e liberdade. Nestes termos, o debate em torno do preconceito favorece à argumentação e à reflexão crítica sobre a vida cotidiana, espaço-tempo no qual se materializam as expressões de discriminação e opressão. [...] Segundo Heller (1989), os preconceitos são criados e disseminados na esfera cotidiana, constituindo-se, desse modo, numa categoria do pensamento e do comportamento cotidianos. A autora adverte, ainda, que os preconceitos exercem função substantiva, também, em esferas que gozam de universalidade e se encontram acima da cotidianidade, como por exemplo: a arte, a ciência, a política; embora, tais esferas se constituam *lócus* privilegiados que possibilitam a suspensão da cotidianidade e do rompimento do preconceito. Vale realçar que, os preconceitos não advêm dessas esferas, nem enriquecem sua utilidade; ao contrário, empobrecem e obscurecem o descortinar das possibilidades que elas comportam. (apud Mesquita et al. 2001)

movimento social, a “desmitificação do preconceito”.

O preconceito é um dos (des)valores burgueses mais refletidos pelas pessoas em situação de rua, ainda que participantes dos espaços do MNPR/RN. Destaca-se aqui, que isto é condicionado por diversos fatores que não estão vinculados à alguma hipótese de culpabilização dessas pessoas, culpabilização esta, produzida pelo aparato conservador, permeado por uma ideologia ancorada nos interesses individuais, portanto, não coletivos. (AQUALTUNE, 2014, p. 101)

A maioria dos trabalhos, apontam para muitas situações de preconceitos institucionalizados relacionados à falta de preparo dos profissionais, à recusa de atendimentos entre outros.

Nesse sentido, o acesso às políticas públicas ainda é restrito, devido ao quadro discriminatório refletido nas próprias instituições públicas, materializado na proibição de utilização desses órgãos. Logo, o preconceito institucionalizado é também expressão do processo de criminalização da pobreza produzida e naturalizada pelos aparelhos reprodutivos do ideário burguês. (AQUALTUNE, 2014, p. 66)

A estigmatização se refere a uma estratégia de operação da ideologia, ou a seja, o estabelecimento de rótulo e estereótipos sociais cristalizados que tipificam as pessoas por determinadas características generalizando-as. Na compreensão de Parker¹⁶ pensar sobre o estigma como uma espécie de processo social, fundamentalmente ligado ao poder e à dominação” e [compreendê-lo] “mais claramente como ligado ao funcionamento das ‘desigualdades sociais’” (PARKER; AGGLETON, 2001, p. 29).

as pesquisas mais recentes sobre estigma, preconceito e discriminação que se destinam a pensar cada um desses temas de forma mais ampla - ou seja, considerando os processos culturais, as estruturas de poder e as possibilidades de resistência - “nos conduzem a uma compreensão mais fundamentalmente social e política desses processos” (p. 31). Deriva daí a importância de relacioná-las com o conceito de “violência estrutural”

O conceito de estigmatização aparece em muitos trabalhos como ligado à criação de um imaginário social que estereotipa a população em situação de rua – e os homogeneízam, desta forma – considerando-os enquanto “classe perigosa”, ou danosa e que, por isso, devem ser controladas, administrados através de práticas

¹⁶ Ver PARKER, R. e AGGLETON, P. Estigma, Discriminação e Aids. Coleção ABIA, Cidadania e Direitos, n. 1. Rio de Janeiro, ABIA, 2001.

higienistas (como os tão comuns jatos de água para expulsão de calçadas de espaços públicos e privados).

A estigmatização sobre a população em situação de rua é uma das dimensões que os autores mais trazem a sua crueldade em torno desse fenômeno pois, assim como o racismo, capaz de criar dentro do próprio conjunto a assimilação desses “(des)valores”. No sentido de serem vistos e percebidos como “bicho”, como fator de destituição da sua humanidade e cidadania.

Além disso, existe o estigma que aprisiona os indivíduos em situação de rua, negando os seus direitos e a liberdade, ainda que esta seja meramente para a obtenção de renda através de uma ocupação. Por estes motivos, as pessoas em situação de rua já não possuem as qualificações necessárias para funcionarem como “reserva”. (ANASTÁCIA, 2015, p. 18)

E quanto à discriminação é o ato pelo qual se opera a ideologia racista ou preconceituosa, ela é um fator que atinge aos grupos sociais que a sociologia denomina de “minorias”.

A discriminação sistemática, processual e histórica cria uma estratificação social que se reverte em inúmeras desvantagens políticas e econômicas aos grupos minoritários, vivenciadas na forma de pobreza, salários mais baixos, menos acesso aos sistemas de saúde e educação, maiores chances de encarceramento e morte. (ALMEIDA, 2017, p. 187)

É a discriminação a prática que recusa, impede ou limita o acesso das pessoas em situação de rua aos seus direitos. Enquanto uma prática institucional pode ser igualada ao fato do racismo institucional¹⁷ expresso por exemplo nessa passagem do trabalho de conclusão de curso de Maria Felipa (2014)

As pessoas em situação de rua sofrem muitas discriminações, que se expressam, por exemplo, no fato de serem frequentemente impedidas de entrar em certos lugares. Para Mendes (2005 *apud* Faleiros 1998, p. 6), “essa ordem social se sustenta na lógica que separa a sociedade [...] em grupos de capazes e incapazes, dotados ou não-dotados, limpos ou sujos, sem fundamento na própria realidade biológica, e com referência apenas ao preconceito, na intolerância e na razão irracional da superioridade”. Ao atribuir as causas da violência à própria vítima, esquecemos que o fenômeno, se inscreve num contexto de desemprego, fragilização da cidadania e dos laços sociais e comunitários. (MARIA FELIPA, 2014, p. 37)

¹⁷ Fracasso das instituições e organizações em promover um serviço profissional e adequado às pessoas devido à sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito e de estereótipos racistas. (DFID/Pnud, 2005, p. 6)

Estigma, preconceito e discriminação foram, portanto, selecionadas por este trabalho para analisarmos a categoria “população em situação de rua” revelando a construção social e imaginária por traz desses conceitos na conformação de violências contra a população em situação de rua. Pois, os estereótipos e estigmas em torno da população em situação de rua têm origem determinada nas relações sociais objetivas estabelecidas por uma dada formação social.

No processo histórico da colonização, Eurico (2017) traz uma pesquisa elaborada por Costa (2010) em que ele expõe a população negra escravizada e uma parcela de imigrantes que chegaram ao Brasil até 1870 poderiam afirmar que viviam em situações de trabalho degradantes ambos. Fazendo supor que as desgraças atingiam de maneira semelhante negros africanos escravizados e brancos europeus pobres, mas

As disparidades se agigantam à medida que se introduz no debate o pertencimento étnico-racial de um e de outro grupo. Há um status diferenciado que faz com que atitudes semelhantes sejam nomeadas de modo tão distinto. Ao negro escravizado que busca se livrar do cativeiro, frequentemente a literatura atribui o estatuto de negro fugido, preguiçoso, avesso ao trabalho, atributos incorporados também ao trabalhador nacional livre, dada a miscigenação presente no país. Ao imigrante europeu que, ao desembarcar no Brasil, tendo assumido o compromisso de trabalhar na terra, diante do cenário aviltante busca se estabelecer em outras áreas ou desaparece antes mesmo de iniciado o trabalho, sua insubordinação e contestação são legítimas e a este raramente estará associada a ideia de insubordinado, inútil ou preguiçoso. (EURICO, 2017, p. 422)

É extremamente pertinente a abordagem sobre os diversos preconceitos vivenciados pela população em situação de rua nos trabalhos de conclusão de curso selecionados. Este é um debate que a presente pesquisa em tela se propõe a iniciar a reflexão.

A palavra “preconceito” utilizada para se referir às diversas situações de discriminações que enfrentam as pessoas em situação de rua, é utilizada na maioria das vezes de maneira generalista e imprecisa pois o preconceito contra as pessoas em situação de rua, pode aparecer à primeira vista como uma discriminação contra o indivíduo por ser somente pobre.

No entanto, numa perspectiva de totalidade, deve-se considerar a complexidade do problema que exige articular tanto ao que criminaliza a pobreza

(de classe) como o que recusa o acesso/atendimento devido aos estereótipos raciais (sujo/perigo/ameaça) quanto devido a uma postura moralista fundamentalista religiosa contra um(a) pessoa transexual (sexualidade).

O preconceito que vem articulado com as opressões (de raça, classe, sexo) deve ser apreendido haja vista a heterogeneidade de identidades que compõe esse fenômeno pois

a abordagem de qualquer forma particular de preconceito supõe a apreensão da natureza do preconceito, de suas raízes sociais e de sua dinâmica no interior da vida cotidiana, configurada pela alienação e pela sociabilidade do momento atual. (BARROCO, 2016, p. 07)

É portanto, necessário problematizar os preconceitos com suas origens e fundamentos históricos como que dada formação social conjuga do capitalismo os aspectos que definem as classes a serem exploradas, assim o preconceito “é expressão das relações conservadoras da sociabilidade burguesa e de seu individualismo, que, por sua vez, remete à exploração, cada vez mais bárbara, do trabalho pelo capital.” (BARROCO, 2016, p. 05).

Observa-se que poucos trabalhos especificam e determinam o tipo de preconceito e discriminação sofrida pela população em situação de rua nos mais diferentes casos. Menor ainda é a delimitação quando se refere ao preconceito e a discriminação raciais (pela cor ou fenótipos identificados à afro descendência) ou racismo.

Como exemplo, na passagem abaixo em que a autora utiliza a expressão discriminação racial, mas não se referindo à discriminação sofrida pela população em situação de rua, em que situando a desigualdade social como causa das dificuldades de acesso aos serviços

soma-se a poucas oportunidades de emprego e profissionalização, a exposição maior a violência, seja ela marginal ou policial, soma-se também a **discriminação racial**, discriminação contra mulheres e crianças, dificuldade do acesso à justiça e lazer e dentre outros aspectos em uma lista quase interminável. (ZEFERINA, 2016, p. 23)

Nesse trecho da monografia de Zeferina (2016), ela está se referindo a uma das características que marcou o processo definido por Maricato (2003) como a expansão da formação das periferias urbanas partir da década de 30 no Brasil, em que se tem a expressão da pobreza concretizada na segregação espacial ou

ambiental.

Por outro lado, no trabalho de conclusão de curso de Maria Firmina (2017) que também faz uma análise de gênero sobre a violência contra a mulheres em situação de rua, é enfática ao colocar que

as mulheres em situação de rua experimentam de forma muito acentuada todas estas formas de exploração e opressão; enfrentam o sexismo no cenário público das ruas, o **preconceito racial** ainda mais forte, a exclusão pelo recorte de classe. Inclusive raramente têm a oportunidade de serem atendidas pelos serviços públicos, que muitas vezes lhes tratam com desprezo e discriminação quando procurados por estas mulheres. (MARIA FIRMINA, 2017, p. 32, negritos meus)

Desta forma ela traz que, interpretando nas palavras de Sueli Carneiro (2003)¹⁸, há uma desigualdade intragênero cujo racismo (discriminação ou preconceito racial) impõe uma posição de subalternidade às mulheres negras em situação de rua.

a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas, em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (Carneiro, 2003)

Essa a desigualdade que relegou às mulheres negras o lugar da violência obstétrica, da maternidade negada, dos trabalhos domésticos e da prostituição como revela os dados apresentados pela pesquisa ‘Estatísticas de gênero – indicadores sociais das mulheres no Brasil’ (IBGE, 2018)¹⁹

[...] as mulheres estudam por mais anos do que os homens. Ainda assim, entre pessoas de 25 a 44 anos de idade, o percentual de mulheres brancas com ensino superior completo (23,5%) é 2,3 vezes maior do que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%), reflexos de problemas sociais que em pleno século XXI não podem mais ser ignorados. Considerando-se a cor ou raça, a desigualdade no atraso escolar se apresenta de forma considerável entre as mulheres: 30,7% das pretas ou pardas de 15 a 17 anos de idade apresentaram atraso escolar no ensino médio, enquanto que apenas 19,9% das mulheres brancas dessa mesma faixa etária estavam em situação

¹⁸ CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estud. av., São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 17 outubro, 2019.

¹⁹ Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/25-de-julho-e-a-luta-por-direitos-dados-apontam-que-a-desigualdade-e-maior-para-mulheres-negras/22865>>. Acesso em: 18, outubro e 2019.

semelhante. As mulheres negras (caracterizadas pela soma de dados de pretas e pardas), são ainda as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos, com 18,6 horas semanais. Mulheres estas que em sua grande maioria tentam conciliar estudos, carreira profissional e questões pessoais. Entre os homens, o indicador pouco varia quando se considera a cor, raça ou região. (CRUZ, Isabela da. 25 de julho e a luta por direitos: dados apontam que a desigualdade é maior para mulheres negras. Terra de Direitos, 2018.)

A articulação com a opressão de gênero está presente em 40% dos trabalhos que trataram principalmente sobre a violência enfrentada pelas mulheres em situação de rua e sobre o trabalho profissional no atendimento de saúde “no caso das mulheres em situação de rua, as violações dos seus direitos são potencializadas pelo estigma social do estar na rua, levando-as a negação do acompanhamento médico durante o pré-natal e o puerpério.” (LUZIARA, 2018, p. 44).

O trabalho de Padilha (2018) traz uma citação de Aguiar (2011) que localiza bem como a estruturação de estereótipos raciais sobre o negro funcionou para subalternizá-lo numa condição de desumanidade

Aos negros que migraram para as cidades, só restaram os subempregos, a economia informal e o artesanato. Com isso, aumentou de modo significativo o número de ambulantes, empregadas domésticas, quitandeiras sem qualquer tipo de assistência e garantia; muitas ex-escravas eram tratadas como prostitutas. Os negros que não moravam nas ruas passaram a morar, quando muito, em míseros cortiços. O preconceito e a discriminação e a ideia permanente de que o negro só servia para trabalhos duros, ou seja, serviços pesados, deixaram sequelas desde a abolição da escravidão até os dias atuais. (In AGUIAR, 2011 apud PADILHA, 2018, p. 13)

O que se nota é que não há entre os trabalhos analisados, com exceção dos dois últimos trazidos acima, uma preocupação em trazer a dimensão do preconceito e da discriminação raciais como um caráter profundamente presente no cotidiano das pessoas em situação de rua. Em contraste ao baixo nível de utilização e, conseqüentemente, de análise sobre os conceitos relacionados à questão racial, raça e racismo como fatores desencadeador de discriminação, preconceito e/ou estigmatização.

A palavra “preconceito” utilizada para se referir às diversas situações de *discriminações* que enfrentam as pessoas em situação de rua, é uma palavra generalista e imprecisa demais que tenta enquadrar toda a identidade que aquela

pessoa representa é uma só (de classe). O preconceito contra as pessoas em situação de rua pode somente equiparado ao preconceito contra o pobre? A criminalização da pobreza se expressa de maneira ambígua, tanto como uma perspectiva moral de caridade, piedade e “ajuda aos pobres” quanto de maneira violenta e excludente com repressão.

No geral, apontam que são diversas as formas de preconceito e discriminação contra a população em situação de rua e que, em todas as análises colocam esses conceitos como desencadeados diretamente pela desigualdade social, pela pobreza/miséria. Dando maior ênfase a dimensão econômica de classe que engendra o preconceito. Como

Segundo Oliveira (2011 *apud* Reis 2012, p. 23), são diversas as formas de discriminação estabelecidas na sociedade, ao se referir a população em situação de rua “as pessoas que estão vivendo nas ruas estão em pobreza extrema e a sociedade em geral, tende a criminalizar a pobreza e a explicitar os preconceitos”. (*apud* MARIA FELIPA, 2014, p. 37)

Outro fator que é possível destacar advindo da exclusão social é a estigmatização do indivíduo, os pobres e a situação de pobreza são vistos como violentos e ameaçadores, principalmente pelas elites, ou seja, as classes com maior poder aquisitivo tende (*sic*) a velos com desprezo, tornando-os “esquecidos” no cotidiano. (*apud* MARIA FELIPA, 2014, p. 38)

Essas situações humilhantes, vexatórias e constrangedoras a que são submetidos cotidianamente as pessoas em situação de rua, expressando o preconceito infundado e a discriminação na verdade são faces do racismo velado, porém enraizado, de uma nação colonizada que se formou sob um pensamento conservador e escravocrata de uma burguesia agrária que dominou os rumos do país e domina até os dias atuais.

A reestruturação produtiva, a mundialização financeira e o neoliberalismo funcionam em conjunto na tentativa de reconstrução do mundo, gerando, entretanto, inúmeras consequências para a população mais empobrecida, como o aumento da desigualdade social, da discriminação, do preconceito, do racismo, da homofobia, da xenofobia e da intolerância. (ANASTÁCIA, 2015, p. 42)

A forma como se operacionaliza o racismo nas ruas faz parte do projeto de criminalização da pobreza que tem como fundamento a raça e a etnia desde tempos coloniais no Brasil. Essa ideia preconceituosa construída pela elite agrária branco

européu de que os negros eram preguiçosos, ou que só prestam para serviços braçais na verdade é o alicerce para as discriminações enfrentadas pela população em situação de rua hoje.

O preconceito é apresentado como fator impeditivo ou limitador para a conquista de uma vaga de emprego e como forma de dificultar ou impedir um atendimento de saúde, por exemplo.

É muito forte o caráter do preconceito, do estigma e da discriminação contra a população em situação de rua. Maria Felipa (2014) aponta alguns os elementos estruturais que ajudaram a construir isso

É preciso considerar que a sociabilidade capitalista, por se constituir numa forma de organização da vida social que se caracteriza pela subordinação de todos os valores humanos aos ditames da acumulação do capital e sua exigência de lucro, torna-se flexível, ora aprofundando a opressão, as formas de violências, a discriminação e preconceitos. Nos marcos das leis regula os sujeitos oprimidos. No âmbito das relações sociais perpassa um pretenso consenso, viabilizado pelas ideologias do “tá tudo bem”, “faça a sua parte”, disfarçando a exploração e a opressão do capital sobre o conjunto das classes trabalhadoras. Os segmentos oprimidos sofrem com o agravamento da opressão, na medida em que são desrespeitados em seus direitos e cotidianamente submetidos à situação de violência, são obrigados a conviver com a hipocrisia, que se reflete diariamente em diversas formas de discriminação, enquanto experimentam, em diversos locais diferentes, a disseminação de comportamentos e valores preconceituosos, que são difundidos nas sociedades “democráticas” como algo “natural”. (MARIA FELIPA, 2014, p. 40-41)

O trabalho de conclusão de curso de Dandara (2015) analisa a política nacional de drogas e o trabalho profissional do assistente social nessa política, mas não se remete em nenhum momento a qualquer uma das palavras-chave selecionadas para categorizar População em Situação de Rua. Ou seja, não se remeteu aos processos de preconceito, discriminação e estigmatização sofrida pela parcela da população em situação de rua que desencadeia o problema da dependência química.

O que os trabalhos de conclusão de curso analisados revelam nas suas exposições é que o preconceito, a estigmatização e a discriminação desencadeiam fortes processos de violência e violações de direitos humanos contra a população em situação de rua. Como podemos notar nesse exemplo sobre a violência obstétrica

As violações sofridas por estas mulheres no período gestacional e puerperal são o que caracterizam a violência obstétrica, ou seja, a violação dos direitos garantidos pelo Ministério da Saúde, podendo ocorrer de forma física ou

verbal. No caso das mulheres em situação de rua, as violações dos seus direitos são potencializadas pelo estigma social do estar na rua, levando-as a negação do acompanhamento médico durante o pré-natal e o puerpério. (LUZIARA, 2018, p. 44)

Não é possível quantificar em números o quão preconceituosa e discriminadora é a sociedade brasileira com as pessoas que vivem nas ruas, nem contra a população negra no Brasil. Mas é possível analisar que essa é uma realidade muito presente na vida desses sujeitos a partir das suas próprias vivência e relatos sobre isso. As pesquisas trouxeram trechos de pessoas em situação de rua que revelam o quanto do racismo institucional e da violência estrutural marca os caminhos dessa população.

A questão da internalização ou assimilação do estigma na constituição da identidade do próprio “morador de rua” é outro aspecto bastante presente nos trabalhos de conclusão de curso do Serviço Social. O que isso revela? Que o pensamento comum da sociedade reflete nada menos do que a ideologia das classes dominantes

“Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão idealizada das relações materiais dominantes, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação” (MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 48. Adaptado).

O que podemos inferir com esse processo é que pesquisar a realidade do fenômeno população em situação de rua e os trabalhos de conclusão de curso expõem isso nas entrelinhas é que da mesma forma que a construção de estereótipos em relação aos povos negros africanos justifica a escravidão negra no Brasil e o uso de diversas artimanhas de controle sobre seus corpos e mentes (EURICO, 2017, 418) a utilização dos preconceitos com ações discriminatórias e a construção de estigmas em torno dessa população funcionam com o objetivo claro de cercear-lhes a liberdade e impedir a transformação da estrutura desigual desta sociedade.

Diante disso, o Serviço Social é uma profissão de extrema importância, uma vez que hegemonicamente utiliza a teoria marxista como referencial para análise

da realidade social no interior do capitalismo e pode refutar elaborações teóricas que naturalizam as relações sociais (EURICO, 2017, p. 418). A virada no Serviço Social e a sua reconceituação crítica inaugurou a possibilidade de se aprofundar teórico-metodologicamente também de maneira crítica sobre a participação da população negra na luta pela construção de um Brasil democrático e por abrir as perspectivas para enxergar essa população como agentes ético-políticos e não mais como pobres coitados merecedores de ajuda e caridade.

A construção de um projeto ético-político expresso pela Lei de Regulamentação (nº 8.662/93), pelas Diretrizes Curriculares e pelo Código de Ética da Profissão materializam também a presença dos movimentos negros, principalmente o de mulheres negras com fortes contribuições para a legitimação de uma profissão que se posiciona “em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (BRASIL. Código de ética do assistente social. Cap. V. 1993) e que se empenha “na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (BRASIL. Código de ética do assistente social. Cap. VI. 1993)

A atuação do Serviço Social enquanto instituição também produtora de conhecimento será analisada no capítulo a seguir.

3. SERVIÇO SOCIAL, POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E QUESTÃO RACIAL: a inserção da questão racial na formação profissional em Serviço Social

O presente capítulo objetiva resgatar o processo de inserção do problema da questão racial na formação profissional em Serviço Social. Não pretende se aprofundar e esgotar propriamente na temática da formação profissional. Mas empreender um breve esboço das principais características que permearam o debate na gênese da profissão e na contemporaneidade.

Como também, de modo específico, apontar o compromisso da profissão para com as lutas empreendidas pelas pessoas em situação de rua organizadas no movimento social ou em atendimento às demandas desse público nos espaços institucionais. E, por último, analisar como se evidencia a questão racial sobre a população em situação de rua nos trabalhos de conclusão de curso (TCC's) do Serviço Social da UFRN.

As questões que envolvem a população em situação de rua – acesso à direitos, habitação, movimento social, atuação profissional e acesso aos serviços entre outros - já são temas recorrentes entre as produções teóricas da categoria. O Serviço Social é uma profissão que historicamente atua na assistência junto a esse público. Mas, atualmente principalmente numa perspectiva de fortalecer a luta para a defesa dos direitos humanos e sociais dessa categoria.

Desde o 40º Encontro Nacional CFESS-CRESS (2011), o Serviço Social reafirma as bandeiras do direito à moradia e aos direitos humanos e posicionamentos contrários à internação e ao abrigo involuntário e compulsório, em decorrência de saúde mental comprometida e/ou do uso e dependência de álcool e outras drogas; às ações voltadas para a realização dos megaeventos (copa e olimpíadas) que provoquem impactos negativos sobre a população; e à criminalização dos movimentos sociais e dos pobres, que repercutem na defesa do atendimento das necessidades e interesses da população em situação de rua.

Além disso, o Serviço Social se compromete com o reforço à luta do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR): pelo acesso universal às políticas sociais e direito de usufruto e permanência nas cidades. Tais compromissos já se desdobraram na participação da Frente Nacional sobre Drogas e Direitos Humanos,

no Fórum de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua no Distrito Federal e no 1º Congresso Nacional organizado pelo MNPR, realizado em Salvador (BA), nos dias 19, 20 e 21 de março de 2012. (CFESS. CFESS Manifesta 1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua. Gestão Tempo de Luta e Resistência, 2012).

Um breve esboço do histórico de como essa atuação se deu ao longo do desenvolvimento da profissão na compreensão desse fenômeno que passa pela questão racial no Brasil é a tarefa desse capítulo que se inicia.

3.1 HISTÓRICO DO DEBATE NO SERVIÇO SOCIAL: percursos da influência eugênica e da democracia racial ao debate crítico contemporâneo

Para compreender a forma como se deu a inserção do debate sobre a questão racial na formação profissional em Serviço Social é preciso ainda que de maneira breve e em síntese resgatar seus fundamentos históricos, teórico-metodológicos. O que em virtude da natureza desse trabalho não daremos conta de se aprofundar.

Roseli da Fonseca Rocha (2014) diz que a inserção da questão étnico-racial fez parte do processo de revisão curricular do Serviço Social realizada durante os anos 1990.

Através de ampla discussão protagonizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) juntamente com as unidades acadêmicas de todo o Brasil que resultou no documento denominado “Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social” aprovada em 1996 (ABESS, 1997, p. 59 apud Rocha, 2014).

[...] é a partir dos pressupostos que nortearam a concepção de formação profissional impressa na revisão curricular e dos princípios que fundamentam a formação profissional que são definidas as diretrizes curriculares, que defendem a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.” (ROCHA, 2014, p. 297)

A autora aponta que é a questão racial, então tratada como temática étnico-

racial, é inserida no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Disciplina obrigatória nas unidades acadêmicas de Serviço Social. No departamento de Serviço Social da UFRN também como uma disciplina obrigatória chamada “Formação Social, Econômica e Política do Brasil e do Nordeste” ministrada no 1º período letivo.

Os princípios que fundamentam a formação profissional defendidos por esse novo currículo nacional foram engendrados no processo de luta da corrente mais crítica da categoria pela reconceituação da profissão materializadas ainda em 1993 – data da aprovação do Código de Ética Profissional do Assistente Social. O qual elenca:

Empenho na *eliminação de todas as formas de preconceito*, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; opção por um projeto profissional vinculado ao processo de *construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero* (CFESS, 2012, p. 23-24).

Apreender no processo de desenvolvimento histórico nas relações sociais brasileiras como se dá a inserção da questão racial na formação profissional do Serviço Social é preocupação desse tópico, pois “embora a discriminação racial seja histórica no Brasil e o Serviço Social a considere um fenômeno a ser combatido, essa discussão não tem tido muita relevância junto à categoria profissional, bem como no processo de formação” (ROCHA, 2009, p. 42 apud BONIFÁCIO; DEUS; VITÓRIO, 2018, p. 433).

Na contramão dessa realidade este trabalho provoca “a apropriação da categoria raça/etnia pelos(as) profissional de Serviço Social contribuirá como importante ferramenta para a apreensão crítica das relações sociais e suas múltiplas determinações.” (ROCHA, 2009) com vistas a ter sua discussão garantida nos três núcleos de fundamentação da profissão

Além do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira onde está prevista, mas também no Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, numa perspectiva transversal e de totalidade.

No Brasil, logo após a abolição da escravidão, a ciência vem, especialmente com os eugenistas, validar a dominação racial propondo a

superioridade dos brancos. Esses pensadores não apenas reproduziram as ideias racistas predominantes na Europa àquela época, mas tentavam adaptá-las para explicar a realidade brasileira sob o paradigma do eurocentrismo do conhecimento.

Apesar de sua aparência democrática, a miscigenação incentivada no Brasil pela política de branqueamento, com o incentivo à entrada de imigrantes europeus, tinha o objetivo de “eliminar o elemento racial indesejado do seio da sociedade” (Munanga, 2008 apud ROZA e LOPES, 2015).

A mestiçagem (concepção de evolução social), produto do cruzamento das raças “desiguais” que encerraria os “defeitos” transmitidos pela herança biológica, e também acabaria com os traços das raças inferiores (ORTIZ, 2006), foi usada como estigma, marcando e inferiorizando o negro. Essas teorias abalizam não somente o cenário intelectual brasileiro e sim, se estruturam como elementos constituintes do imaginário social a respeito das diferenças étnicas de nossa sociedade.” (Cadernos do LEPAARQ Vol. XI: n°22: 2014)

Na origem do Serviço Social, a sociedade brasileira atravessaria comisso por profundas transformações sociais, políticas e econômicas. Tanto externamente por que enquanto país de capitalismo dependente e periférico²⁰ (FERNANDES, 1985) estava inserido no contexto de reorganização monopolista dos países centrais do capitalismo após a crise econômica provocada pelo estouro da bolsa de valores de Nova York (1929).

“[...] o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária.” (NETTO, 2009, p. 29)

Como também internamente a década de 1930, período em que o Serviço Social foi criado, ficou marcado como um período de grande efervescência social movimentado pelo maior período de industrialização na história do país e pela organização da classe trabalhadora cada vez mais urbana em cena reivindicando direitos trabalhistas e sociais.

²⁰ “forma periférica e dependente do capitalismo monopolista (o que associa inexorável e inextricavelmente as formas ‘nacionais’ e ‘estrangeiras’ do capital financeiro)” (FERNANDES, 1985, p. 50).

Anos 1930, 40 e 50

Nos deteremos nesse período como que foi tratada a questão racial no Brasil e os rebatimentos na profissão de Serviço Social nos anos de 1930, 40 e 50 inicialmente.

Sabe-se que os assistentes sociais exerceram junto às classes trabalhadoras papel difusor e mediador na consolidação da noção burguesa de trabalho durante a era Vargas. Entretanto, a subproletarização dos negros (resultado do complexo processo que envolve desde a escravidão-abolição até sua periférica inserção nas relações capitalistas), foi sistematicamente sonogada nas elaborações teóricas dos primeiros assistentes sociais (Ferreira, 2010, p. 12 apud ROCHA, 2014, p. 298).

Os fundamentos filosóficos e científicos que embasaram o Serviço Social na sua formação e, posteriormente, na sua institucionalização sofreu forte influência das vertentes americanas - Mary Richmond - e europeias (franco-belga) o que caracterizou uma profissão cuja perspectiva baseava-se numa compreensão positivista de mundo (VIEIRA, 1987) e numa prática de ação social católica fundamentada no neotomismo de Jaques Maritain e Alceu Amoroso Lima.

À medida que o Serviço Social surge profundamente marcado pelo caráter de apostolado católico, analisando a questão social como problema moral e religioso, as relações raciais não são problematizadas adequadamente, uma vez que as reflexões da categoria privilegiam as ações direcionadas à “resolução” moral das contradições de classe (EURICO, 2013, p 292).

O Serviço Social surge nos marcos do capitalismo monopolista (NETTO, 2001) para satisfazer um projeto nacional desenvolvimentista de Getúlio Vargas caracterizada pelo regime disciplinar, controlador e regulador da então classe trabalhadora emergente industrial que se formara com os trabalhadores europeus trazidos pela política imigracionista do Estado (desde meados do século XIX) e com a incorporação de poucos trabalhadores nacionais subproletarizados e que migraram das zonas rurais.

Sabe-se que os assistentes sociais exerceram junto às classes trabalhadoras papel difusor e mediador na consolidação da noção burguesa de trabalho durante a era Vargas. Entretanto, a subproletarização dos negros (resultado do complexo processo que envolve desde a escravidão-abolição até sua periférica inserção nas relações capitalistas), foi sistematicamente sonogada nas elaborações teóricas dos primeiros assistentes sociais (FERREIRA, 2010, p. 12 apud ROCHA, 2014, p. 298).

Nesse contexto dos anos 1930 o Serviço Social surge primeiramente como ação social da Igreja com organizações sociais com características filantrópicas, tendo sido institucionalizado em 1936 quando da criação da sua primeira escola.

No âmbito do pensamento social e político da época, o Estado brasileiro assumiu como discurso oficial as formulações freyreanas sintetizadas em “Casa Grande e Senzala (1933)”, que desempenhou um papel fundamental, pois, “Gilberto Freyre popularizou a visão do Brasil como um país onde todas as raças convivem de forma tranquila, onde o senhor e o escravo possuíram relações harmônicas” Telles (2003) e, assim formulando o pensamento da época sintetizado no ideário da “democracia racial” como marca principal da nacionalidade brasileira.

Nesse momento o conceito de miscigenação é ainda mais enfatizado, tornando-se uma característica nacional positiva e o símbolo mais importante da cultura brasileira.

É possível dizer que Freyre (1933) foi um dos que desenvolveram a ideia da “democracia racial” no Brasil, difundindo a imagem de que as relações entre brancos e negros eram harmônicas, ou seja, que existia uma grande conciliação entre as raças.

Essas ideias foram amplamente difundidas em nosso país, e ainda hoje se percebe que essas atravessam o imaginário social, pois ainda é possível encontrar a reprodução desse discurso por pelas pessoas no senso comum, principalmente em alguns espaços institucionais (apud ROZA e LOPES, 2015).

As teorias racialistas do fim do século XIX e início do século XX, como a “política de branqueamento”, o atravessamento do estado nas relações sociais (visto que podemos considerar está a primeira política pública brasileira), e o pensamento descrito na obra de Freyre, nos dão fundamentos para traçarmos uma panorâmica sobre as diversas tentativas de teóricos, ao longo da história, que tentaram fundamentar a existência de um “ser brasileiro”.

Estas teorias criaram e buscaram tratar a problemática da “identidade nacional” como sendo uma questão “vital” para a evolução social, fazendo com que as questões raciais, tal como fora colocada por eles, adquirisse, na verdade, um contorno claramente racista onde o negro fora diminuído, rejeitado, discriminado, segregado, e as políticas públicas de acesso à saúde, educação etc. lhes fora negada.

O pensamento oficial dos precursores das Ciências Sociais no Brasil nessa época foi fortemente influenciado por autores e teorias da Europa, construíram uma visão funcionalista da realidade brasileira, fazendo que teorias de cunho racialistas fossem usadas como fundamento no discurso pseudocientífico, notadamente percebe a direta influência deles moldando a compreensão de nação pela sociedade brasileira.

Uma nação que se pretendia branca e que tinha que dar conta desse contingente com as formulações do cientificismo racista – Nina Rodrigues, Artur Ramos entre outros. E que na transição do trabalho escravo para o trabalho livre – colocou esse contingente populacional à margem economicamente do processo produtivo.

[...] os senhores utilizaram o homem livre para serviços de defesa, coação ou morte, enfim, para toda espécie de violência, necessária para reproduzir uma forma de dominação cujo arbítrio podia se manifestar de maneira desenfreada. Esse poderio sem limites e a violência nele implícita, cuja sustentação material realizava-se na exploração do trabalho escravo, só poderiam marginalizar ainda mais o homem livre: peça importante na sustentação de um sistema que supunha sua exclusão para as tarefas produtivas, esse crescente volume de indivíduos, no decorrer dos séculos, foi reproduzido como uma massa imprestável para o trabalho, tida e havida pelos potentados como indolente e vadia. (KOWARICK, 1994, p. 31)

Esse movimento sociológico e literário conhecido sob a insígnia da fábula da democracia racial não era mais do que “retirar o negro pensado como um ser patológico para colocá-lo enquanto um adorno cultural – para negar a existência do racismo no Brasil.” (PINTO, 2013) e assim mantê-lo no mesmo lugar de passividade e de obediência como bem analisa a professora Márcia Campos Eurico

Na década de 1930, as teorias raciais são profundamente contestadas, pois o país busca saídas para a questão do desenvolvimento nacional, momento em que a mudança de paradigma proposta por Gilberto Freyre ganha credibilidade, com o deslocamento do paradigma da raça para a cultura. Em outras palavras, o autor destaca as contribuições dos povos ditos inferiores para a formação do Brasil, no tocante à culinária, música e sexualidade do povo brasileiro, exaltando as relações cordiais entre a casa grande e a senzala. Em Freyre, a mestiçagem é um valor positivo (MUNANGA, 2004), entretanto, o autor ignora a perversidade das relações entre senhores e população negra escravizada e seu impacto direto na manutenção da ideia de inferioridade negra. (EURICO, 2018, p. 54)

O racismo, o preconceito racial não é resultado somente de uma perspectiva atitudinal, ele é faz parte da estrutura de dominação social, econômica e

política de uma sociedade (Pinto, 2013). O conhecimento que o Serviço Social produz não é neutro. Ao fazer esses apontamentos que compõem o processo de debate sobre o tema na categoria pensando no período que o Serviço Social se constituiu como profissão é preciso apreender qual era o pensamento dominante na sociedade brasileira.

O Serviço Social se caracteriza por ser uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996) responsável por elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares (Art. 4º da Lei nº 8.662/1993) com o objetivo de viabilizar o acesso da população aos direitos sociais.

Sua intervenção se dá sobre as multifacetadas expressões da questão social, termo utilizado inicialmente para tratar do fenômeno do pauperismo que acometeu a Europa Ocidental no último quarto do século XVIII resultado da primeira onda industrializante na Inglaterra (NETTO, 2001, p. 42), dessa forma

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO; IAMAMOTO, 1983, p.77)

Portanto, a questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Contradição, esta, fundada na produção coletiva através do trabalho e apropriação privada da riqueza gerada socialmente²¹. É assim que o trabalhador não usufrui das riquezas por ele produzidas.

Não por coincidência que justamente no período em que “O crescente número de homens livres, ex-escravos, perambulando pelas ruas (que) conduz a elite aristocrática e governante, a tomar medidas para sua proteção individual e familiar.” (FILHO, 2006, p. 56) para “tratar” dessa questão social.

²¹ “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (...) a produção fruto de um trabalho cada vez mais coletivo, contrastando com a desigual distribuição da riqueza entre grupos e classes sociais nos vários países, o que sofre a decisiva interferência da ação do Estado e dos governos” (Iamamoto, 1999, p. 27)

Estava traçado o inevitável encontro entre o Serviço Social e as *classes perigosas*. Ampla literatura demonstra a estreita relação entre o surgimento da profissão e a Igreja Católica, que almejava recuperar as áreas de influência ameaçadas pelas transformações sociais e pela reorganização do Estado. Esta simbiose com o movimento católico não impediu uma envolvente demanda do Estado, antes mesmo da criação da primeira Escola de Serviço Social, adiantando o que viria a se consolidar na década seguinte: o “[...] estabelecimento e controle de uma política assistencial intimamente vinculada às organizações representativas das ‘classes produtoras’”. (IAMAMOTO, 2011, p. 31 apud GONÇALVES, 2018, p. 518).

Assim, foi impulsionado o processo de institucionalização de ações e leis de proteção/assistência social e o surgimento das primeiras protoformas (NETTO, 2001) do Serviço Social (enquanto ação social do apostolado laico) no contexto da expansão da urbanização iniciado na segunda metade do século XIX.

Camila Manduca Ferreira em sua dissertação de mestrado intitulado “O negro na gênese do Serviço Social” (Rio de Janeiro, 2010) traz um caso particular de um dos poucos homens, assistente social e, se não o único negro Sebastião Rodrigues Alves.

Então militante do Teatro Experimental do Negro e delegado do I Congresso do Negro Brasil em 1950, ele foi o primeiro assistente social a se debruçar com afinco sobre a questão racial no Serviço Social, em seu trabalho de conclusão de curso, publicado em 1966 pelo Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Cultura, intitulado *A ecologia do grupo afro-brasileiro*, Sebastião Rodrigues Alves (1966) defende com singular ineditismo que, como

[...] o homem negro e seus descendentes ainda sofrem muito de restrições e falta total de amparo” (ALVES, 1966, p. 27), este seria “um campo onde o Serviço Social terá grande tarefa (...): **ajustar** uma maioria que vive à margem da sociedade” (ALVES, 1966, p. 09). O assistente social estaria contribuindo para a “**formação harmônica** de nossa sociedade” ao “combater o preconceito de cor (ALVES, 1966, p. 06). (FERREIRA, 2010, p. 139)

Percebe-se que a sua compreensão de profissão está fortemente ligada à concepção tradicional hegemônica da época nos termos utilizados como “ajustar” o indivíduo negro para viver de maneira “harmônica” em sociedade. A análise de Ferreira (2010, p. 140) é de que Sebastião Alves (1966) vincula com originalidade o ethos igualitarista que norteia o Serviço Social tradicional e a desigualdade flagrante dos negros:

[...] uma grande massa social vivendo à margem da sociedade sem gozar de seus direitos, aqui no nosso caso, o negro é a maioria dos marginais” (ALVES, 1966, p.58), “um grupo societário, que vive completamente postergado” (ALVES, 1966, p. 10) e que, por isso, requer “ação social prática e direta (ALVES, 1966, p. 10 apud FERREIRA, 2010, p. 140).

Ferreira (2010) nos mostra, assim, como estava inserida a questão racial no contexto da profissão em sua fase tradicional fundada sob bases conservadoras. Com a incansável luta de Rodrigues Alves em sua batalha contra o racismo, mas com as ferramentas da colonização mental. Portanto mesmo na contracorrente podemos dizer que Alves (1966) representa a síntese das ideias na abordagem sobre a questão racial no Serviço Social dos anos 1930 a 1960.

De acordo com o assistente social Sebastião Rodrigues Alves, o Serviço Social poderia dar “solução a esta magna questão” (ALVES, 1966, p. 07), posto que

[...] o assistente social encontra um vasto campo para atuar no sentido de **reeducar** o homem negro para participar da sociedade sem complexo de inferioridade e o branco para recebê-lo sem preconceito de cor. Assim, a nosso ver o grande problema é de reeducação e não como querem os comunistas, encarando-o no ângulo econômico somente (ALVES, 1966, p. 06-07).

Comentando o Catálogo da Legião Brasileira de Assistência de 1950, que continha restrições a negros em algumas instituições, Sebastião Rodrigues Alves (1966) afirma que

Só nós os Assistentes Sociais, que militamos nas obras de Serviço Social e particularmente aqueles que exercem sua atividade em Agências ou Centros Sociais, como Plantonistas de Casos Sociais sabem como é chocante e aviltante ser encaminhado um desempregado que tem como causa do seu desajustamento esse fator, e, depois de uma longa peregrinação, ser ali o Assistido recusado simplesmente porque tem a epiderme negra (ALVES, 1966, p. 53 apud FERREIRA, 2010, p. 141)

Numa análise sobre o posicionamento dos(as) assistentes sociais brancos(as), ao se referir ao acesso dos negros aos serviços públicos às instituições sociais, Sebastião Rodrigues Alves (1966) afirma que sofria o assistente social de “falta de prescrição de atitudes (...) diante de um caso negro” (ALVES, 1966, p. 103), e justifica que

indubitavelmente, a ausência desses preceitos justifica-se na falta da mentalidade ou na ignorância da existência do problema. (...) devemos cuidar de esclarecê-lo [o assistente social] no que diz respeito à situação do homem de cor, nas relações com os outros membros componentes da comunidade nacional (ALVES, 1966, p. 103).

Sebastião Rodrigues Alves demonstrou preocupação com a discriminação racial. Se preocupava também com a dimensão da intervenção profissional, por isso em um determinado momento propôs que na formação: ‘fosse criada uma cadeira nos cursos de assistentes sociais, com os conhecimentos de bioantroposociologia para completa elucidação do problema negro-brasileiro.’ (Alves, 1966, p. 104) in Ferreira (2010).”

Anos 1970, 80 e 90

Elisabete Aparecida Pinto vai inaugurar com sua obra “O Serviço Social e a Questão Étnico-Racial: um estudo de sua relação com usuários negros” de 1986 mas publicado como livro em 2002 o debate crítico marxista sobre a questão racial pavimentando assim o caminho a ser trilhado por vários pesquisadores negros e assistentes sociais.

Em seu trabalho ela nos trará uma visão ampla de como os assistentes sociais enxergavam a questão étnico-racial já naquela época marcada pela luta contra a ditadura, organização dos movimentos sociais e (re)organização do sindicalismo brasileiro além da ascensão do movimento negro combativo.

Debater a questão racial no âmbito do serviço social ou de qualquer outra profissão ou área do conhecimento não se trata de colocar, simplesmente, que profissão A ou B é racista – individualizando o problema como foi feito no passado recente da profissão. Mas sim, de discutir, como essa questão é representada na estrutura social e política da sociedade brasileira e como isso impacta nas nossas subjetividades.

O preconceito e a discriminação étnico-racial foi e ainda é um dos pilares de sustentação das desigualdades sociais e isso tem que ser tratado no trabalho e na formação dos estudantes e profissionais que compõem o serviço social brasileiro. Afinal, o combate a todas as formas de preconceito têm que estar no cotidiano de formação e do trabalho profissional, e não apenas ser abordado quanto uma atividade discriminatória surge.

No caso da população negra, além dos direitos universais, o assistente social deve se instrumentalizar também para acionar a legislação específica de garantia de direitos e proteção à população negra contra o racismo, seja através da Lei nº 7.716/89 – Lei CAÓ que

define como crime o ato de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Também regulamentou o trecho da Constituição Federal que torna inafiançável e imprescritível o crime de racismo, após dizer que todos são iguais sem discriminação de qualquer natureza. (COSTA, 2014)

Na análise sobre a concepção de questão racial que se gestava e fazia parte das discussões acadêmicas no Brasil nos anos 1960 a 1990 a autora traz a escola de sociologia paulista com Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Oraci Nogueira entre outros pesquisadores como importantes para desmitificar o conceito de democracia racial criado anteriormente. Levaram a cargo uma série de projeto de pesquisa patrocinados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que lograram desmascarar esse mito da democracia racial. Pois concluíram haver de fato discriminação racial no Brasil.

Todavia, a autora tece uma crítica a esses trabalhos pois “ainda não deixam de atribuir aos negros a responsabilidade pelos seus insucessos. As análises feita por esses autores classificam a população negra do início do século como anômicas.” (PINTO, 2003). Esta anomia dá suporte a caracterização do negro como incapaz de se adequar aos esquemas contratuais do trabalho livre não tendo condições de concorrer com os imigrantes europeus no mercado de trabalho.

Assim, mesmo considerando a valiosa contribuição dessas pesquisas principalmente por terem revelado ser a sociedade brasileira profundamente racista. Alguns autores em pesquisas desenvolvidas mais recentemente na década de 80 tem feito críticas a visão dos negros como anômicos feita por Florestan Fernandes e outros autores da escola de sociologia paulista.

Entre esses estudos, encontra-se o trabalho de Célia Marinho de Azevedo, “O negro livre no imaginário das elites: racismo, imigrantismo e abolicionismo em São Paulo” (UNICAMP, 1985) que tenta responder à seguinte questão: até que ponto a imagem de uma massa inerte, desagregada, inculta sem grande importância histórica naquele momento na medida em que já teria sido marginal da escravidão não surgiu do âmbito de formulações étnico-raciais que justamente com isso procurariam justificar a necessidade de imigração europeia em substituição do negro?

Esta pesquisadora chega a conclusões contrárias a que Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Celso Furtado chegaram. Para essa autora, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre se deu sob bases racistas onde a inferioridade do negro foi sendo construída cientificamente, politicamente para justificar sua exclusão do mercado de trabalho.

Um outro pesquisador, Cleber da Silva Maciel em seu trabalho intitulado “Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926)” (UNICAMP, 1985) trilhando caminhos semelhantes ao de Azevedo prova que “os argumentos de Florestan Fernandes que apontam deficiência nos ex-escravos e seus descendentes contra melhor poder adaptativo do imigrante às condições determinadas pela sociedade capitalista são débeis.” (MACIEL, 1985)

Em segundo lugar, a situação de degradação a que são levados os negros também após o fim da ordem escravocrata não são resultantes de sua aversão ao trabalho como forma de negação ao passado escravista mas sim, que tal situação, decorre da não existência de oportunidades de trabalho – o negro não foi abandonado pelas autoridades, pelo contrário, houve sim uma preocupação em desloca-los dos seus antigos locais de trabalho. Em terceiro lugar, todo esse processo foi determinado por forte componente racista engendrado das classes dominantes para dar cumprimento à expectativa das idealistas tradições da superioridade europeia. (MACIEL, 1985, p. 96)

Entretanto, que esse autor destaca desse grupo que apesar de Octávio Ianni inicialmente ter seguido as linhas gerais argumentativas dos revisionistas deles se diferencia ao colocar a questão racial dentro de uma discussão de perspectiva mais profundamente marxista. A questão racial é vista em sua especificidade e como um aspecto a mais da luta de classe (MACIEL, 1985).

Assim, as primeiras análises da sociologia paulista parecem ter sido influenciadas por toda uma estrutura racista. A branquitude²² era ainda o padrão para qualquer investigação que se pretendia. Então se estudava o negro comparando com o padrão socialmente aceito – o branco.

²² [...] os estudos sobre branquitude [...] como um campo de estudo transnacional e de intercâmbio entre ex-colônias e colonizadores corresponde à cadeia de fatos históricos que começa com o projeto moderno de colonização, que desencadeou a escravidão, o tráfico de africanos para o Novo Mundo, a colonização, as formações e construções de novas nações e nacionalidades em toda a América e a colonização da África. Portanto, é nestes processos históricos que a branquitude começa a ser construída como um constructo ideológico de poder, em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão, e dessa forma outros grupos aparecem ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores. Neste sentido, é importante pensar que as culturas nacionais e as identidades brancas e não brancas têm sido historicamente criadas, recriadas, significadas e redefinidas através das trocas circulares de símbolos, ideias e populações entre a África a Europa e as Américas [...] (SCHUCMAN, 2012, p. 17)

Elisabete Aparecida Pinto (2003) em sua dissertação diferencia as expressões da “questão social” da questão racial não compreendendo a questão racial como uma expressão da “questão social.” Concepção embrionária que necessita de maior aprofundamento o qual esse trabalho não dará conta em virtude da sua natureza monográfica.

Nos estudos de Pinto (2003), ela identifica nos estudos sobre o trabalho doméstico das 1ª e 2ª turmas de Serviço Social durante a década de 1980, a reprodução dos estereótipos e dos preconceitos sobre a população negra.

Fazendo-a afirmar que quando a gente pensa nas conquistas da população negra até os anos 1980, não necessariamente podemos dizer que o Serviço Social esteve ao lado.

Existe um esforço, principalmente nesses TCC's que falam sobre o emprego doméstico, das assistentes sociais se organizarem em instituições para poder adestrar essas empregadas domésticas. Assim, foi muito recorrente na leitura desses TCC's observar o quanto que a situação da população negra de vítima se transformava em culpabilizada. (PINTO, 2003)

Toda a sua exclusão e processo de marginalização era atribuído à questões morais dessa população. Então as empregadas domésticas eram tidas como analfabetas e que gostavam de baile. E que as empregadas brancas tinham outro tipo de comportamento.

A partir desses trabalhos a autora aponta que pode observar que o trabalho doméstico fora desenvolvido por um grande período pelas mulheres imigrantes que, quando os maridos se firmaram nos trabalhos e melhoraram suas situações econômicas essas mulheres são retiradas do trabalho e ficam tomando conta de suas casas.

Então nesse final dos anos 30 e início dos anos 40 as mulheres negras acabam voltando para o trabalho doméstico. A autora aponta existir um trabalho intensivo desses primeiros assistentes sociais em formar trabalhadoras adaptadas e moralmente adequadas para a submissão e a obediência nos trabalhos domésticos.

Elisabete Pinto (2003), aponta que o que pesa é o fato de vivermos sob o mito da democracia racial, que provoca o racismo tácito, vai implicar na ação do serviço social mas também vai implicar na ação do pedagogo, da professora, vai incidir sobre a ação do médico, na ação do psicólogo. Na verdade, o que a gente

persegue é como o racismo acaba influenciando as diversas instituições e os diversos espaços de socialização.

3.2 A CENTRALIDADE (OU MARGINALIDADE) DA QUESTÃO RACIAL NAS ANÁLISES SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: a partir dos trabalhos de conclusão de curso do Serviço Social da UFRN

A partir das contribuições de Márcia Campos Eurico, em seu artigo intitulado “A percepção do assistente social acerca do racismo institucional” (EURICO, 2013) revela que a percepção dos profissionais de Serviço Social sobre o racismo no Brasil é permeada, geralmente, por distorções quanto aos determinantes históricos que fortalecem tal ideologia e reitera ideias presentes na vida cotidiana e absorvidas pelo senso comum.

As lacunas existentes acerca dessa discussão e em que medida elas comprometem a capacitação teórico-metodológica e ético-política na apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade segundo Rocha (2009, p. 540 apud EURICO, 2017), impactam a formação profissional em Serviço Social, como é evidenciado nas análises sobre população em situação de rua quando não se trata com centralidade a questão racial em torno desse fenômeno.

Assim, para intervir assertivamente nas manifestações da questão social o(a) assistente social precisa considerar os impactos da escravidão e do racismo na dinâmica das relações sociais (Eurico, 2017, p. 424), precisamente na conformação do fenômeno população em situação de rua da qual é resultado e desenvolver estratégias que concorram para a transformação da realidade social.

A análise da questão racial sobre a população em situação de rua trata-se de um imperativo ético que consiste em esmiuçar em cada particularidade da realidade social seja no trato com o Estado, no trabalho profissional e no acesso às políticas sociais como que o racismo se manifesta e estrutura a posição comum que encontram tantos negros e negras a viverem em situação de rua.

Para a elaboração desse tópico foi feita a análise no trabalhos de conclusão de curso do Serviço Social das palavras-chave: “cor”, “pele”, “negra(o)”, “preta(o)”, “parda(o)” “raça”, “racial”, “racismo”, “etnia” e “étnico”; que compõem a

categoria questão racial para apreender como se evidencia esse debate.

A concepção de racismo que orienta este trabalho é a definida por Almeida (2018) o qual define como

uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2018: 25)

O racismo é a ideologia que orienta o preconceito enquanto a discriminação é a prática mediatizada pela formulação racista. Mas não se resumem a essas práticas conscientes ou não pois conforme o mesmo autor

“[...] o racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido pelo seu caráter *sistêmico*. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um *processo* em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas.” (ALMEIDA, 2018: 25)

Nesta mesma obra o autor distingue o preconceito racial da discriminação racial, a qual adotaremos aqui para marcar a especificidade de “preconceito” a que estamos nos referindo.

Desta feita, Almeida (2018) define o preconceito racial como sendo “o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.” (p. 25) E, por sua vez, a discriminação racial “a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados.” (p. 25).

Dois caminhos explicativos: escolha própria do autor que optou por abordar outros aspectos que julgara importante em detrimento de outros e/ou seria a insuficiência do debate dessa problemáticas na formação profissional do curso, mas não somente.

A realidade da “invisibilidade” que o debate da questão racial tem em si na universidade e na sociedade brasileira. Ainda é um tabu discutir racismo. Vivemos uma época em que apontar as desigualdades sociais e discutir as opressões é considerado “vitimismo” e “mi-mi-mi” no linguajar limitado reacionário do brasileiro moderno.

Investigar esse tema a partir da formação profissional em Serviço Social justifica-se primeiramente em virtude da profissão enquanto portadora de uma dimensão investigativa, portanto, produtora de conhecimento é uma das que mais amadureceram a discussão sobre os direitos da população em situação de rua nos últimos anos. E que contribui para a visibilidade do problema, tanto na academia como nos espaços de atuação profissional com a ampliação da cobertura de políticas sociais que atendem a essa demanda.

Nesse trabalho verifica-se que não há propriamente tendência dominante a silenciar sobre a cor nas fontes primárias do Serviço Social, mas prevalece entre os autores a não problematização sobre a pertinente questão racial sobre a população em situação de rua em suas variadas dimensões estruturais.

Não faz referência a nenhuma das palavras-chave selecionadas por essa pesquisa para compreender a Questão Racial e porque foi escolhida essas palavras? Por uma questão de método porque afinal “se é pretensão do materialismo histórico dar conta da realidade concreta, tendo como ponto de partida relações sociais igualmente concretas, o racismo é um fenômeno que não pode ser desprezado.” (Almeida, 2015, p. 749) e afinal para nós

[...] não se estudar os quatrocentos anos de escravidão, as suas limitações estruturais, as suas contradições, as limitações do seu ritmo de produção, e, finalmente, a alienação total da pessoa humana - explorados e exploradores - é descartar ou escamotear o fundamental. [...] os quatrocentos anos de escravismo foram definitivos na plasmacão do ethos do nosso país. Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis os seus valores e contra-valores (sic), o escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma práxis social coerente.” (MOURA, 1983)

A invisibilidade na análise da questão racial sobre a população em situação de rua tem a ver com própria invisibilidade no trato da questão racial na sociedade brasileira – tema tratado como tabu ou como polêmico demais. O que vemos é esse assunto sendo discutido através de piadas e brincadeiras com verniz de inocência, mas que escondem o recalque mais perverso do racismo estrutural brasileiro.

Pretende-se tecer uma crítica ao quanto que, apesar de os negros serem visibilizados entre a população em situação de rua nos TCC's de Serviço Social

presente nas indicações do perfil étnico-racial da população, no entanto a insuficiência de uma análise mais detalhada sobre racismo estrutural.

Porque apesar do fenômeno ser marcadamente racializado isso ainda não “espanta” o corpo discente, a comunidade científica, as categorias profissionais. Demonstrando (FILHO, 2006, p. 70) como subalterno está inclusive nas análises acadêmicas.

O quanto esse fenômeno é reduzido a uma questão estritamente de classe quando a exploração da força do trabalho no Brasil se fundamentou ao longo de mais de 388 anos da história do país à exploração da mão-de-obra africana e negra (incluindo indígenas e quilombolas). E ainda hoje é assim. Pois cabe à população em situação de rua os trabalhos mais degradantes, subalternos e desprotegidos do país.

Chama atenção dessa pesquisa também que, apesar do trabalho ter centralidade analítica na compreensão do indivíduo enquanto ser social no curso de Serviço Social. A ausência da temática “trabalho” e suas repercussões sobre a vida da população em situação de rua.

[...] muitos TCC's, apesar de enfocarem temas como *exclusão social, sistema carcerário, população de rua, empregada doméstica, crianças em situação de rua, favelas*, assuntos em que a presença física de indivíduos pretos e pardos é uma realidade, a questão do negro não é vislumbrada como importante vetor causal para seus objetos de pesquisa. Esta ocorrência pode significar um reforço para a comprovação da nossa hipótese de trabalho: o desconhecimento por parte das alunas(os) do Serviço Social das questões que dizem respeito ao negro na sociedade brasileira. (FILHO, 2006, p. 70)

O debate sobre a apreensão da questão étnico-racial no Serviço Social é imprescindível porque “Não é possível continuarmos a desconsiderar a categoria ‘raça’ como instrumento de análise para a construção do sistema de iniquidade social, econômica e cultural que a maioria da população brasileira vivencia.” (MARQUES JUNIOR, 2013)

Como foi apontado no capítulo 2 que antecedeu a este, a questão racial nos trabalhos de conclusão de curso de Serviço Social tem-se resumido a trazerem alguns dados quantitativos relacionados a sexo, faixa etária, idade, cor da pele, violência, entre outros. (ACOTIRENE, 2013, p. 10-11). Necessário, mas insuficiente. Ficando a maioria dos trabalhos no trato superficial do problema.

Reflexo de uma **sociedade racista**, com raízes de um regime escravocrata vigente por mais de três séculos, a população com menor acesso a

oportunidades no Brasil tem **cor**, prova disso é que cerca de **69% (sessenta e nove por cento) da população em situação de rua se declara com parda, preta** e indígena enquanto os outros 31% (trinta e um por cento) estão entre brancos, amarelos ou não definidos. Indubitavelmente, a população em situação de rua é diversa e heterogênea. (LUZIARA, 2018, p. 34, grifos meus)

Somente a percepção real de que a maioria dessa população é negra não é o bastante para o necessário entendimento do significado da existência de pessoas negras a viver nessa condição histórica. Pois o que é uma “situação” para os manuais e cartilhas do governo, para o povo preto e pobre desse país tem sido um drama que persiste há muito tempo.

Portanto, entender para além das consequências – que sabemos são desastrosas – mas o real significado e o sentido dessa condição são fundamentais para os profissionais que atuam nos limites das instituições burguesas desenvolverem uma crítica radical que subsidie na formulação de estratégias mais concretas no planejamento das políticas sociais para a transformação dessa realidade concreta.

Uma delas são as políticas de ações afirmativas que, apesar dos limites da ordem burguesa, que não garante acesso universal à educação e ao emprego são recursos extremamente importantes para a inserção social do jovem negro ainda que tardia ao ingresso às instituições de ensino superior públicas e à carreira do serviço público como exemplo às Leis federais nº 12.711/12 que reserva 50% das vagas para pretos, pardos e indígenas e a Lei nº 12.990/14 que define uma porcentagem de 20% para negros nos cargos de concurso público.

Está colocado como um desafio superar os estereótipos, estigmas e preconceitos criados pela sociedade contemporânea capitalista neoliberal que segrega as pessoas entre a classe possuidora dos meios de produção e a classe que vende sua força de trabalho sobre as pessoas em situação de rua comumente taxadas de vagabundos, mendigos, ladrão, sujos, drogados, preguiçosos, loucos, entre outras violências sofridas muito em função da sua condição de pretos(as)/pobres. Superar isso é pensar para além do capital e enxerga-los enquanto sujeitos de direito sendo, portanto, urgente analisar criticamente a realidade desse fenômeno por parte da sociedade brasileira.

Sobre o racismo abordado de uma forma genérica, no entanto, mesmo que o racismo seja apontado de uma forma muito genérica ainda assim os trabalhos de conclusão de curso conseguem identificar a articulação entre os determinantes

econômicos e políticos do sistema capitalista resultando na questão social imbricados à dimensão estruturante que tem o racismo na nossa formação social brasileira.

Mesmo que os trabalhos de conclusão de curso não consigam ser capaz de desenvolver a dimensão estrutural do racismo (e anteceder à questão social a partir do modo de produção capitalista) ainda assim eles conseguem evidenciar com limites, mas há também possibilidades dentro da formação profissional.

Os limites de não conseguir dimensionar o racismo como estruturante do capitalismo no Brasil está diretamente relacionado ao processo de formação profissional? A construção de alternativas de enfrentamento ao racismo ocorre nas transformações das relações étnico-raciais e por isso ultrapassa a tarefa de uma profissão ou da consciência do indivíduo. Contudo, o Serviço Social, diante de todo acúmulo histórico e seu compromisso com as lutas sociais, tem todas as condições de contribuir no fortalecimento do debate e na construção de ações de combate ao racismo (EURICO, 2017).

Como que o racismo tem sido discutido no processo de formação profissional? A maioria se não a totalidade dos trabalhos de conclusão de curso compreendem o fenômeno população em situação de rua “Como uma expressão radical da questão social a população em situação de rua caracteriza-se como um fenômeno antigo e multideterminado, cujas, determinações têm raízes fincadas às desigualdades sociais perpetradas pela sociedade capitalista.” (MARIA FELIPA, 2014)

Sobre essa questão de os trabalhos em sua quase totalidade darem preferência as palavras “preconceito” e “discriminação” em detrimento de “racismo” mostra que são preferências seletivas em detrimento do preterimento do termo “racismo”. Além do uso ambíguo e genérico da palavra “preconceito” ser recorrente.

[...] fazer uma leitura do contexto e das circunstâncias em que a mensagem foi feita, e autorizar uma leitura subjacente ao texto, aquilo que está **além do que é manifesto e, deliberada ou inconscientemente, é preterido: as omissões**, as ignorâncias consentidas, as **preferências seletivas por palavras, os termos ambíguos**, enfim, os indefinidos significados subjacentes que o texto contém. (CHIZZOTTI, 2014, p. 117)

Sobre a causa do fenômeno na perspectiva de entender as causas que contribuem para a separação do ser social do seu lar, da sua família, do seu trabalho. Ou seja, não se pode negar que o modo de produção capitalista e as mudanças que

ocorreram no mundo do trabalho a partir de então, não foram fatores que contribuíram para que muitas pessoas tivessem as ruas como destino e que seus direitos sociais foram suprimidos (ACOTIRENE, 2013)

Nessa passagem de Acotirene (2013) a autora destaca o relato de um morador de rua que foi impedido de entrar no prédio da prefeitura isso reflete o caráter flagrante do racismo institucional da prefeitura, para ilustrar a dimensão do preconceito que as pessoas experienciam em seu cotidiano nos grandes centros urbanos e também o quão reflete a ausência do Estado no parágrafo seguinte

“Dois dias depois que cheguei aqui, fui assaltado, perdi os documentos e tudo que tinha. E há dois meses durmo na rua”, conta. Vitor lembra que buscou em vão assistência junto à Prefeitura, para conseguir passagem para retornar a Recife e retirar novos documentos, **mas sequer conseguiu entrar no prédio**. A recusa ao pedido serve como estímulo. “Resolvi que se cheguei aqui como gente, vou voltar como gente”. Para isso, o artesão, que cursou até o 3º período do curso de Matemática na UFPE, passa o dia catando latinhas de refrigerante, que são transformadas em pequenos cinzeiros, vendidos a R\$ 1. Na sacola, que serve como travesseiro, duas mudas de roupas e um cobertor o acompanha o dia todo. À noite, a calçada serve de cama para outros dez. A realidade de pobreza e violência, acentuada pela falta de políticas públicas específicas para esta parcela da população “faz de todos ali, vítimas e resistentes”, acrescenta o pernambucano em referência aos “parceiros” da calçada”. (ACOTIRENE, 2013)

A experiência de rua que esse pernambucano vivenciou em Natal, demonstra que as histórias de vida de quem tem a rua como “endereço” pode ser diferente umas das outras ou se assemelhar em outros aspectos (ACOTIRENE, 2013).

Dos trabalhos que citam o “racismo” em algum momento da sua dissertação, em nenhum deles há uma definição do racismo e como ele atua junto à população em situação de rua. Bem, o racismo atua na gênese desse fenômeno. O racismo atua quando uma mulher negra mãe em situação de rua chega em trabalho de parto no hospital e tem seu atendimento dificultado pelo corpo médico. Ou sofre violência obstétrica, que atinge majoritariamente mulheres negras no Brasil. Ou quando fatalmente, essa mulher vem a óbito em virtude de uma violência ou de uma complicação causada seja por estar sob efeito de alguma substância psicoativa ou por que o médico achou que ela aguentaria aquela dor que vinha reclamando por que afinal “mulher negra é mais resistente à dor.”

Por exemplo a abordagem articulada à questão de gênero como se remete

[...] as relações de gênero podem se alterar a partir da classe social, **raça** ou idade do indivíduo. (ZEFERINA, 2016, p. 42)

As mulheres em situação de rua experimentam de forma muito acentuada todas estas formas de exploração e opressão; enfrentam o **sexismo** no cenário público das ruas, o **preconceito racial** ainda mais forte, a exclusão pelo recorte de **classe**. Inclusive raramente têm a oportunidade de serem atendidas pelos serviços públicos, que muitas vezes lhes tratam com desprezo e discriminação quando procurados por estas mulheres. (MARIA FIRMINA, 2017, p. 31)

É preciso mostrar sim que o racismo se manifesta nas mais variadas dimensões possíveis na vivência das pessoas em situação de rua seja no cotidiano da própria rua exposto às mais drásticas situações vexatórias e de constrangimentos seja para fazer uma necessidade fisiológica seja pela exposição à violência policial ou à um olhar preconceituoso de uma pessoa “comum” que passa pela calçada.

É necessário que a formação profissional em Serviço Social estimule nos estudantes a percepção a esse olhar crítico também sobre a questão racial e que isso seja revelada pelas produções acadêmicas ainda que não tratem diretamente sobre essa questão.

Apesar da insuficiência da discussão sobre o racismo, a maioria dos trabalhos de conclusão de curso trazem o preconceito, a discriminação e o estigma como frequentes sofridos pela população em situação de rua. Considerando que o preconceito atua na criação de uma imagem social sobre determinada figura como representando algo positivo ou negativo no caso em estudo o lado negativo quais seja o fato de a pessoa estar com a roupa suja, ou fedorento, com a aparência desgastada, poder representar uma figura de ladrão ou de maluco.

Essa análise só é possível se compreendermos que no Brasil a mendicância tem forte relação com a presença de negros forros ou libertos que perambulavam pelas ruas do Brasil oitocentista haja vista ter sido privado de qualquer condição mínima de vida (terra, trabalho e pão). Portanto se um preto(a) era visto na rua era sinônimo algumas vezes de indiferença, mas em sua maioria de desconfiança e de coisa ruim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreender esta pesquisa possibilitou uma aproximação quanto a forma que vem sendo realizadas as análises dos trabalhos de conclusão de curso do Serviço Social sobre a questão racial em torno do fenômeno população em situação de rua. Com isso, pôde-se apreender a necessidade de se ampliar a discussão sobre a PSR considerando as determinações da questão racial na reprodução desse fenômeno como compromisso ético-político na luta pela emancipação dos sujeitos históricos e com qualificação teórica para uma intervenção crítica do/a assistente social junto ao reconhecimento e viabilização dos seus direitos universais e específicos.

Para se atingir uma aproximação dessa realidade, definiram-se três objetivos específicos. O primeiro de identificar como é realizada a caracterização da raça/cor nesses trabalhos. Observou-se que essa caracterização é feita na maioria dos trabalhos principalmente com o apoio de pesquisas que comprovam o perfil étnico-racial majoritariamente negra e parda desse conjunto. Essa pesquisa entende que é de fundamental importância se coletar os dados raça/cor da população usuária ou pesquisada para maior aperfeiçoamento das políticas sociais mas não é suficiente apontar que a maioria das pessoas em situação de rua é negra, é preciso refletir sobre seus motivos, apontar as causas e consequência desse processo e entender o significado social dessa realidade.

O segundo objetivo, analisar as múltiplas formas de inserção da questão racial a partir das opressões e discriminações enfrentadas pela PSR abordadas nos TCC's. Nesse quesito, analisou-se que os trabalhos evidenciam como a população em situação de rua é atingida pela discriminação e pela estigmatização ressaltando-se os limites sobre a influência do racismo vinculado a esses estereótipos, mas cuja a intersecção entre as opressões de gênero, classe e raça faz-se notar como aspecto relevante trazidos pelas pesquisas.

E o terceiro objetivo, analisar o arcabouço jurídico-político da profissão que normatizam a inserção da discussão da questão racial na formação profissional. O estudo sobre os fundamentos histórico, teórico-metodológico da profissão revela que o Serviço Social é uma profissão determinada socialmente criada num determinado contexto histórico com determinada finalidade para atender a burguesia com isso apreende-se que ela está inserida na divisão social e técnica do trabalho que durante muito tempo refletiu os interesses hegemônicos do conservadorismo

consequentemente à análise da questão racial transitou entre o silenciamento e o seu trato eugênico.

No debate contemporâneo junto com o movimento de reconceituação (meados dos anos 1970) e com o estabelecimento das bases que conformam o projeto ético-político o Serviço Social e o novo Código de Ética de 1993 criou instrumentos para a inserção dessa discussão entre a categoria e no processo de formação profissional, que por sua vez é continuada hoje temos um alicerce pelo qual há possibilidade de pautar esse debate de maneira crítica. Esse movimento não está parado no tempo, ele está em contínuo processo dialético de reformulação dos seus conceitos, crítica e síntese. A presença de várias organizações de mulheres negras hoje é sentida pela categoria que reivindica seu espaço na consolidação dessa discussão presentemente.

A questão racial está presente em todos os âmbitos da vida social e possui múltiplas determinações, se materializando ainda por meio das paupérrimas condições de vida da população negra no país – como exemplo a população em situação de rua.

E assim, ratificamos que apesar de avanços jurídico-normativos, associados às modificações histórico-sociais, quase não foi modificada a ordenação das relações raciais legadas do antigo regime – a repressão, a violência, a higienização e o genocídio. Nesse sentido, ponderamos que a questão racial continua violenta e perpassam todos os âmbitos da vida social da população negra no Brasil, sendo expressa com maior evidência por meio do pauperismo que assola as condições objetivas de homens e mulheres negras, rodeada de preconceito, violência e discriminação, cujo lugares são reforçadas ideológica e socialmente através da naturalização.

Nesse sentido, confirmamos que a questão racial brasileira, tem sua raiz histórica engendrada a partir da comercialização dos corpos negros de africanos(as) escravizados, a exploração do seu trabalho ferrenho que se estrutura a partir de desenvolvimentos sociais e políticos engendrados, a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista. E como já mencionado, vemos que esta sociedade se divide em classes opostas que é inerente a esse sistema do capital.

Ressaltamos que após a abolição o negro encontra-se desamparado pelo Estado, mesmo posteriormente a mais de três séculos de abuso da vida e força de trabalho da população negra, de sua coisificação e do processo de subalternidade

construído e legitimado socialmente (o qual não foi superado, ao contrário, encontra-se em constante processo de desenvolvimento), o negro é posto em condição de vivente nas ruas, como vadio, como perigoso. Somente lhe sendo garantida a liberdade formal, estando este privado dos meios de se produzir e se reproduzir socialmente, com a perseguição por meio de legislações sanguinárias, a repressão da cavalaria, a proibição da compra de terra entre outros fatores apontados.

Mesmo com a abolição, não foram dadas aos negros as mesmas oportunidades para que a população negra pudesse se legitimar enquanto sujeito de direito, lhe foram tiradas sua história e sua cultura enquanto povo, sua religião foi perseguida, sua força explorada, e a riqueza que produziu lhe foi usurpada, mas não lhe foi dado o reconhecimento de toda a sua violência sofrida por essa população.

Analisamos no decorrer da pesquisa que o racismo é também disseminado por meio de ideologias raciais pautadas em teses que legitimavam a inferioridade da população negra, é aceito e difundido após a abolição como justificava à escravização dessa população e o processo de escravidão que proporcionou bases para a ratificação do processo político colonialista, e ganham evidencia nas décadas de 1880 e 1920, e a partir disso surge a disseminação de ideologias racistas no Brasil e sua reconstrução na forma de uma ideologia racial.

No entanto, na época da colonização, haviam outros importantes elementos que legitimavam a escravidão, como o projeto catequizador da Igreja Católica. Esses elementos são analisados como bases histórico-sociais que, também incidem na questão racial e no pauperismo da população negra neste país.

A pesquisa utilizou-se de uma pesquisa qualitativa documental de fonte primária. A coleta de dados se deu por meio dos trabalhos de conclusão de curso, como também por pesquisa documental e bibliográfica.

A pesquisa partiu da hipótese de que a origem da população em situação de rua no Brasil tem início já no longo processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado no Brasil. Encontrou-se algumas diferenças quanto à localização dessa origem de autores que consideram o momento da década de 1930 como marco para se entender a gênese desse fenômeno a partir das respostas que o Estado cria às expressões da questão social motivadas pela organização da classe proletária no Brasil e a sua entrada em cena.

No entanto, defende-se que a primeira classe formada para o trabalho no Brasil foi o contingente de escravizados utilizados tanto para o enriquecimento externo como para o fortalecimento de uma burguesia nacional agrária e latifundiária.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Grupos Temáticos de Pesquisa**. Disponível em: <www.abepss.org.br>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- ALMEIDA, Guilherme da S; SILVA, Magali Almeida. **Relatório do Colóquio do GTP6 no XII ENPESS**. Juiz de Fora: 2012. 03 p.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. Editorial Letramento: São Paulo, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **“Estado, Direito e Análise Materialista do Racismo”**. In: KASHIURA JR, Celso Naoto; AKAMINE JR, Oswaldo; MELO, Tarso de (orgs.). Para a Crítica do Direito- Reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. 1.ed. São Paulo: Outras expressões, 2015, p. 747-767.
- _____. **“Capitalismo e Crise: O que o racismo tem a ver com isso?”** In: OLIVEIRA, Dennis de (orgs.). A luta contra o racismo no Brasil. 1ª.ed. São Paulo: Edições Fórum, 2017, p. 187-198.
- BARBOSA, Orquineiva de Souza. **Morador de rua e as refrações do estado frente às políticas sociais: o caso de Natal/RN**. UFRN: Natal-RN, 2013. (Acotirene)
- BARROCO, M. L. S. **O que é preconceito**. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): Brasília, 2016. (Assistente social no combate ao preconceito, Caderno 1).
- BEZERRA, Floriza Soares. **“Eu quero é botar meu bloco na rua!” A organização do Movimento Nacional de População de Rua em Natal: Trajetória, lutas e desafios**. UFRN: Natal-RN, 2014. (Aqualtune)
- BRASIL. **Política Nacional para a População em Situação de Rua e Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento**. Decreto Presidencial nº 7.053/2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, 2008.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estud. av., São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133. 2003.
- _____. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo. Selo Negro, 2011.
- CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência – 2018**. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

CFESS. CFESS Manifesta 1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua. Gestão Tempo de Luta e Resistência, 2012.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6ª Ed. p. 113-132. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CRUZ, Isabela da. 25 de julho e a luta por direitos: dados apontam que a desigualdade é maior para mulheres negras. **Terra de Direitos**, 2018. Disponível em: < <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/25-de-julho-e-a-luta-por-direitos-dados-apontam-que-a-desigualdade-e-maior-para-mulheres-negras/22865>>.

Acesso em: 18, outubro e 2019.

COSTA, Flávia. Lei nº 7.716/89 – Lei CAÓ, 25 anos no Combate ao Racismo. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/lei-7-71689-lei-cao-25-anos-combate-ao-racismo/?gclid=CjwKCAjwo9rtBRAdEiwA_WXcFmrF72k8loVtHh-bGzGHDNTBNeoDQq7gvk0zcpJFjmiiSRKfbWDEPhoCemUQAvD_BwE>>

racismo/?gclid=CjwKCAjwo9rtBRAdEiwA_WXcFmrF72k8loVtHh-bGzGHDNTBNeoDQq7gvk0zcpJFjmiiSRKfbWDEPhoCemUQAvD_BwE>>

EURICO, Marcia Campos. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional**. Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 114, p. 290-310 abr./jun. 2013.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

FERNANDES, José Alann Rodrigues. **Somos invisíveis para você? População em situação de rua e negação de direitos**. UFRN: Natal-RN, 2018. (Padilha)

FERREIRA, Thaisa Karla de Freitas. **“O socioeducativo que você fala seriam as oficinas?”: uma análise da dimensão pedagógica do Serviço Social junto à população em situação de rua no município de Natal-RN**. UFRN: Natal-RN, 2016. (Banguela)

FILHO, José Barbosa da Silva. **O serviço social e a questão do negro na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

IAMAMOTO e CARVALHO, Marilda Villela e Raul de (1996). **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico- metodológica** 11ª ed. São Paulo: Cortez. p. 94.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

_____. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf>> Acesso em: 27 abr. 2019.

KLAUK, Cimere Tatiane dos Santos. **A política nacional antidrogas e o atendimento à população em situação de rua: a experiência do Centro Pop de Parnamirim/RN.** UFRN: Natal-RN, 2015. (Dandara)

LEIROS, John Lennon Francisco de Moraes. **O trabalho profissional do serviço social com a população em situação de rua: uma análise sobre as demandas no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel em Natal/RN.** UFRN: Natal-RN, 2015. (Anastácia)

MARX, Karl. **O Capital [recurso eletrônico]: crítica da economia política: Livro I: o processo de reprodução do capital.** [tradução de Rubens Enderle]. – São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **A chamada acumulação primitiva.** In:- O Capital: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 828-882.

MESQUITA, Marylucia; RAMOS, Sâmia Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social.** Presença Ética. Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Ano I, Nº 1, Recife: Unipress, 2001.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Quase 80% da população brasileira que depende do SUS se autodeclara negra.** São Paulo, 05 de dez. de 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/quase-80-da-populacao-brasileira-que-depende-do-sus-se-autodeclara-negra/>>. Acesso em: 20 de mai. de 2018.

OLIVEIRA, Nathália Teresa de Andrade. **Relações sociais de gênero: a violência sofrida pelas mulheres em situação de rua no município de Natal/RN.** UFRN: Natal-RN, 2016. (Zeferina)

PARKER, R. e AGGLETON, P. **Estigma, Discriminação e Aids.** Coleção ABIA, Cidadania e Direitos, n. 1. Rio de Janeiro, ABIA, 2001.

PINTO, Elisabete Aparecida. **O Serviço Social e a Questão Étnico-Racial.** São Paulo: Terceira Margem, 2003. 261p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **Racismo.** Conselho Federal de Serviço Social

(CFESS): Brasília, 2016. (Assistente social no combate ao preconceito, Caderno 3).

SANTOS, Raquel Amorim dos. SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. **Racismo científico no Brasil pós-escravatura**. Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n. 25, set/dez de 2017.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de Conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos**. Qualit@s Revista Eletrônica. Vol.17. No 1. 2015.

SILVA, Elaine Cristina Barbosa da. **Violência contra as mulheres em situação de rua: tradição da supremacia machista e seus reflexos no espaço público urbano**. UFRN: Natal/RN, 2017. (Maria Firmina)

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, 2006.

_____. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Natalia Rafaela da. **A vida nas ruas: expressões da desigualdade e da ausência do Estado**. UFRN: Natal/RN, 2014. (Maria Felipa)

SOUSA, Karen Christinne de Castro. **A desromantização da maternidade – O ser mãe em situação de rua**. UFRN: Natal-RN, 2018. (Luziara)

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. TESE. UNIVESP: São Paulo, 2012.

THEODORO, Mário (org.) et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

VIEIRA, Ana Cristina. **Serviço Social e Positivismo**. Revista Serviço Social e Sociedade, no25, São Paulo: Cortez, agosto 1987.